

LUIS ANTONIO MELLO

**TURISMO DE BASE LOCAL COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO:
BASES PARA OS MUNICÍPIOS DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR E PORTO UNIÃO/SC**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia na Universidade Federal do Paraná, Área de concentração: Espaço, Sociedade e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira.

CURITIBA
2007

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
– MESTRADO E DOUTORADO



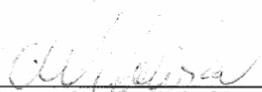
PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia, reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo candidato **LUIS ANTONIO MELLO**, intitulada: **ESTUDO DA IMPLANTAÇÃO PLANEJADA DO TURISMO DE BASE LOCAL COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO – UNIÃO/SC**, para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**.

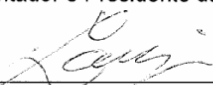
Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Dissertação.

Curitiba, 30 de abril de 2007.

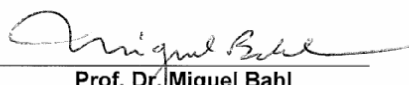
Nome e assinatura da Banca Examinadora:



Prof. Dr. Marcos Aurélio T. da Silveira
(Orientador e Presidente da Banca)



Prof. Dr. Lineu Bley



Prof. Dr. Miguel Bahl

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha querida e saudosa vizinha Olinda, que Deus a tenha minha Madrinha querida! Que desejava que eu me torna-se um grande homem e não viveu para presenciar este momento, tenho certeza vó, de onde estiver, estarás sempre acompanhando-me e abençoando-me, paulatinamente estou chegando lá, obrigado!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela presença espiritual...

Agradeço a você meu orientador e conterrâneo, Professor Dr. Marcos A. T. da Silveira tanto pela sinceridade e simplicidade no trato pessoal, quanto e principalmente, pela objetividade e norte que deu a minha pesquisa.

Sem palavras fico ao citar minha família, Driely, minha filha, meu fruto; Mãe Laura, singela e lutadora pelos filhos; Pai Antonio, pelejando sempre em nosso favor; meus irmãos, Dirlei e sua filha Bruna, e Lindomar e sua Família muito obrigado por tudo, vocês estão no meu coração sempre!!

Agradeço a minha namorada pelo apoio, incentivo e paciência.

Agradeço a UFPR e todo corpo docente desta renomada Instituição e as Prefeituras Municipais de União da Vitória e de Porto União pela colaboração na pesquisa.

Agradeço a Professora Karin pelo incentivo e pelo aprendizado nas aulas de inglês, mas, sobretudo, por fazer-me acreditar que eu poderia conseguir.

Serei eternamente grato a uma pessoa que me ensinou que “nada acontece por acaso”...

*“A maior das poluições do mundo é a miséria.”
Indira Ghandy.*

RESUMO

Em termos históricos a atividade turística é um acontecimento relativamente novo e apenas recentemente tem sido digna de projetos empresariais vultosos e sérios, bem como, de estudos acadêmicos aprofundados. O turismo caracteriza-se por ser um fenômeno rico e complexo, trazendo no seu bojo um campo multidisciplinar e multisetorial de estudos que permite abordar temas relevantes e que merecem consideração acadêmica como a sua importância econômica e seus efeitos sobre economias, ambientes e sociedades. Sua importância não resume-se somente em estatísticas apresentadas, mas, sobretudo, na sua incontestável capacidade de movimentar grupos sociais e condicionar a transformação, o ordenamento e o desenvolvimento do território com vistas à sua realização. Nesse sentido, na presente pesquisa visa-se estudar a implantação planejada do Turismo de Base Local como alternativa ao Desenvolvimento nos Municípios de União da Vitória /PR e de Porto União/SC. A metodologia adotada na presente investigação consiste na coleta, análise, correlação, apresentação e discussão de dados coletados em fontes primárias e secundárias. A operacionalização da pesquisa deu-se através de pesquisas exploratórias de campo, aplicação de questionários e fotografias *in loco*. Ao fim da pesquisa constatou-se que o turismo é incipiente na área estudada. Sendo assim, por meio de um conjunto de considerações conexas sobre os princípios e meios apresentados nessa investigação, procura-se apresentar subsídios por meio de ações exequíveis para que os diversos agentes e atores locais passem a ver no Turismo de Base Local um meio socioeconômico, cultural e ambientalmente capaz de constituir-se em uma alternativa eficaz, quando se falar em desenvolvimento.

Palavras-chave: Planejamento Turístico; Desenvolvimento; Sociedades; Território; Turismo.

ABSTRACT

In historical terms, touristic activity is a relatively new event, and has recently been considered worthy of expensive and serious entrepreneur projects, as well as in-depth academic studies. Tourism characterizes as a rich and complex phenomenon, bringing along a multidisciplinary and multi-sector field of studies which allow the approach of relevant themes, and which deserve academic consideration, as well as its importance and its effects on economies, environments, and societies. Its importance cannot be explained simply in statistics, but mainly in its unquestionable capacity of moving social groups and conditioning the territory change, ordering, and development, in aiming its realization. In this sense, we intend to study, in this research, the planned implementation of local-based tourism as an alternative for the development of the towns of União da Vitória/PR and Porto União/SC. The methodology adopted in this research consists of data gathering, analysis, correlation, presentation, and discussion; these data were gathered from primary and secondary sources. The implementation of the research was made by means of exploratory field research, application of questionnaires, and photographs *in loco*. At the end of the research we observed that is incipient in the area under research. By means of a set of related considerations about the principles and means introduced in this investigation, we thus try to present subsidies through actions which can be performed, so that the several local agents and may see in local-based tourism a means which is socio-economically, culturally, and environmentally able to constitute an efficient alternative, went it comes to development.

Key-words: Touristic planning; Development; Societies; Territory; Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Linha Férrea que separa os Municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC.....	46
FIGURA 2 -	Vista Aérea Parcial das Cidades de União da Vitória/PR e Porto União/SC.....	47
FIGURA 3 -	Passagem do Vau no Rio Iguaçu.....	52
FIGURA 4 -	Início do Povoamento das Cidades Gêmeas.....	53
FIGURA 5 -	Cachoeiras de Porto União e União da Vitória.....	55
FIGURA 6 -	Catedral Sagrado Coração de Jesus – União da Vitória.....	57
FIGURA 7 -	Matriz São Basílio Magno – União da Vitória.....	58
FIGURA 8 -	Ponte Manoel Ribas – União da Vitória.....	59
FIGURA 9 -	Estação Ferroviária – União da Vitória/PR – Porto União/SC.....	59
FIGURA 10 -	Festa das Etnias na Estação Ferroviária – União da Vitória/PR – Porto União/SC.....	59
FIGURA 11 -	Maria Fumaça 310 – União da Vitória/PR e Porto União/SC.....	60
FIGURA 12 -	Estátua do Sagrado Coração de Jesus – União da Vitória.....	61
FIGURA 13 -	Chafariz luminoso de Porto União.....	62
FIGURA 14 -	Portal Turístico de Porto União/SC.....	62
FIGURA 15 -	Castelinho, bem tombado pelo Patrimônio Histórico, construído 1928/1929.....	63
FIGURA 16 -	Igreja Matriz de Porto União.....	63
FIGURA 17 -	Fotos da festa realizada na localidade do Maratá, interior de Porto União – <i>Bergbauernfest</i>	64
FIGURA 18 -	Fogueira da Festa de São Pedro (70 m de altura).....	64
FIGURA 19 -	Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras – FAFIUV.....	65
FIGURA 20 -	Universidade do Contestado - Núcleo Porto União.....	65
FIGURA 21 -	Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU.....	65
FIGURA 22 -	Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV.....	65
FIGURA 23 -	Vista parcial de edificações sendo construídas na malha urbana contínua, junto a linha férrea que separa os municípios de União da Vitória – PR e Porto União – SC.....	102

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - MAPA TURÍSTICO DE UNIÃO DA VITÓRIA	47
MAPA 2 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA OBJETO DE ESTUDO.....	48

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Principais vias de acesso rodoviário a União da Vitória e Porto União.....	66
QUADRO 2 -	Principais distâncias de União da Vitória e Porto União.....	67
QUADRO 3 -	Quantidade de leitos e quadro de funcionários dos hotéis pesquisados.....	70
QUADRO 4 -	Tempo de estabelecimento e município de localização dos hotéis.....	71
QUADRO 5 -	Perfil básico da clientela segundo o setor hoteleiro.....	71
QUADRO 6 -	Planejamento e políticas públicas voltadas ao setor de hospedagem.....	72
QUADRO 7 -	Principais dificuldades encontradas pelo setor hoteleiro.....	72
QUADRO 8 -	Frequência de visita dos turistas a União da Vitória e Porto União.....	76
QUADRO 9 -	Indicação de União da Vitória e Porto União à visitação, segundo os turistas.....	77
QUADRO 10 -	O que o turista procura na área receptora.....	78
QUADRO 11 -	Pontos positivos e negativos de União da Vitória e de Porto União destacados pelos visitantes.....	79
QUADRO 12 -	Principais atividades de lazer da população local.....	93
QUADRO 13 -	Opinião da população local em relação as opções de entretenimento.....	93
QUADRO 14 -	O que deve melhorar em União da Vitória e Porto União.....	94
QUADRO 15 -	Conhecimento da população local sobre os atrativos turísticos da área de estudo.....	95
QUADRO 16 -	Benefícios da atividade turística na visão da população local.....	95
QUADRO 17 -	Incentivo ao desenvolvimento do turismo na visão da população local..	96

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
2.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	16
3.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
3.1	O QUE É DESENVOLVIMENTO LOCAL?.....	22
3.2	ANÁLISE REFLEXIVA ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE TURISMO DE BASE LOCAL E DESENVOLVIMENTO.....	24
3.3	A CENTRALIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL.....	31
3.4	PLANEJAMENTO TURÍSTICO E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	37
3.4.1	Planejamento Turístico Sustentável.....	39
3.4.2	Planejamento Turístico e a Inserção da População Local.....	41
4.	UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO: o Território e o Turismo.....	45
4.1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	45
4.2	ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS, SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA ÁREA DE ESTUDO.....	49
4.3	APONTAMENTOS HISTÓRICOS DE PORTO UNIÃO E UNIÃO DA VITÓRIA.....	52
4.4	IDENTIFICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS DA ÁREA DE ESTUDO.....	54
4.4.1	Atrativos Turísticos Naturais.....	54
4.4.2	Atrativos Histórico-Culturais.....	57
4.5	ANÁLISE DA INFRA-ESTRUTURA LOCAL.....	65
4.6	ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS.....	69
4.7	PESQUISA APLICADA AOS TURISTAS.....	75
5.	PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO.....	81
5.1	DESENVOLVIMENTO E TURISMO: A VISÃO DA POPULAÇÃO LOCAL.....	92
6.	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
	ANEXO(S).....	113
	ANEXO 1. Questionário Aplicado nos Hotéis.....	114
	ANEXO 2. Vista Parcial do Cine Teatro Luz em União da Vitória.....	116
	ANEXO 3. Pesquisa Realizada com os Turistas.....	118
	ANEXO 4. Pesquisa Realizada com a População Local.....	120

1. INTRODUÇÃO

Em termos históricos a atividade turística é um acontecimento relativamente novo e apenas recentemente tem sido digna de projetos empresariais vultosos e sérios, bem como, de estudos acadêmicos aprofundados.

O turismo caracteriza-se por ser um fenômeno rico e complexo, trazendo no seu bojo um campo multidisciplinar e multisetorial de estudos que permite abordar temas relevantes e que merecem consideração acadêmica como a sua importância econômica e seus efeitos sobre economias, ambientes e sociedades. São essas condições que fazem do turismo uma temática atraente, possibilitando entrelaçarem-se diversas concepções teóricas e práticas de várias áreas do conhecimento como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Economia, a Política, entre outras.

Entretanto, esse fato resulta em sérias dificuldades na delimitação metodológica e conceitual do fenômeno, principalmente, quando não objetiva-se analisá-lo na sua totalidade complexa, mas de modo específico, promover a consideração sobre determinado enfoque ou âmbito (territorial, setorial, disciplinar). Portanto, esse temário (turismo) ainda carece de uma base sólida de conhecimento que lhe permita tornar-se uma ciência autônoma.

Nessa investigação, as reflexões sobre desenvolvimento realizado a partir da dimensão local foram tomadas como válidas para a discussão - dos limites ou fronteiras físicas ou políticas – da dimensão territorial, na qual o turismo muitas vezes encontra seus enclaves e em outras tem a capacidade de superá-los com facilidade, até mesmo unindo comunidades locais em prol de um objetivo comum: o do desenvolvimento local.

A análise baseada no território pressupõe uma política local transescalar, definida por objetivos ambiciosos, rejeitando pressupostos de que não há opções a fazer (VAINER, 2002).

O objetivo central da presente pesquisa é estudar as bases para implantação do turismo de base local como alternativa para promover o desenvolvimento nos municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC. Neste sentido, pode-se dizer que o local – recorte

espacial de média e pequena dimensão – que apresenta um padrão de desenvolvimento coloca-se em evidência.

Visando-se elucidar a problematização investigada, além do objetivo central já mencionado, o presente trabalho procura alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Evidenciar o papel da administração pública no planejamento integrado e no estímulo ao desenvolvimento da atividade turística em escala local;
- Destacar a participação dos atores sociais que devem estar envolvidos e comprometidos no processo de desenvolvimento da atividade apresentando-lhes a viabilidade da mesma;
- Identificar os recursos turísticos da área de estudo;
- Elencar ações integradas entre os dois municípios para implantação e desenvolvimento do turismo na área de estudo.

O grande desafio do pesquisador ao se trabalhar o *modismo do desenvolvimento local*, talvez seja o de trabalhar com o que ainda não é, ou seja, trabalhar na ausência de direitos sociais, de racionalidades espaciais, enfim, de oportunidades do ponto de vista do interesse da economia globalizada. Essa inquietação é que despertou o interesse para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Na presente pesquisa emprega-se a visão onde o desenvolvimento não deve ser entendido como o binômio formado pelo crescimento econômico e pela modernização tecnológica, ou seja, desenvolvimento econômico.

A área objeto de estudo da presente pesquisa, os municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC - o primeiro localizado na mesorregião Sudeste paranaense e o segundo situado no planalto norte catarinense - justifica-se (em que pese a divisão político-administrativa existente nesse território) na medida em que estes são histórica e culturalmente inseparáveis e, economicamente interdependentes. Ambas as cidades estão inseridas na Região (natural) do Médio Iguaçu e possuem uma gama considerável de recursos turísticos (histórico-culturais e naturais) endógenos que podem ser explorados como alternativa ao desenvolvimento local/regional. No presente trabalho considera-se,

apoiado nas palavras de Bahl (2004) que, “a cidade é inseparável de um meio ambiente e de um determinado estado de desenvolvimento; que faz parte de um sistema urbano de abrangência regional e citadino [...]”.

No que tange aos procedimentos operacionais da pesquisa, estes foram organizados e desenvolvidos da seguinte maneira: a coleta, a análise, a compilação/apresentação dos dados, e a discussão dos resultados obtidos.

Na primeira e segunda seção foram reunidas e abordadas fontes bibliográficas pertinentes à fundamentação do referencial teórico-metodológico e conceitual norteador da investigação. Com o levantamento, a análise e a compilação do material bibliográfico consultado, procurou-se evidenciar uma visão do turismo como atividade estratégica para o desenvolvimento e de que modo as políticas públicas do setor, o planejamento estratégico, sustentável e integrado da atividade e a inserção da população local inserem-se no processo de implantação da mesma.

Na terceira seção abordou-se: as características geográficas (configuração territorial, distribuição populacional); pesquisas exploratórias de observação *in loco* por meio de fotografias; entrevistas com os responsáveis pelos meios de hospedagem e com os turistas; análise dos recursos, da infra-estrutura, equipamentos e serviços turísticos da área de estudo.

Na quarta seção foram elaborados e aplicados questionários: um dirigido aos responsáveis pela Secretaria de Turismo das prefeituras, nos Municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC; o outro, junto à população local. Levantaram-se através da aplicação dos questionários, dados referenciais e as opiniões da população local e dos turistas acerca da atual situação em que se encontra a implantação e/ou a gestão de programas e projetos de turismo nos municípios acima mencionados.

Em busca de alcançar os objetivos propostos nesse trabalho, procedeu-se de forma qualitativa o agrupamento, interpretação, apresentação e discussão dos resultados obtidos, tendo em vista as características, semelhanças e diferenças dos municípios abarcados na presente investigação.

Finalmente, procurou-se estabelecer um conjunto de considerações conexas sobre os princípios e meios apresentados nessa investigação, apresentando-se possíveis cenários futuros e subsídios para que os diversos agentes e atores locais passem a ver no turismo de base local um meio socioeconômico, cultural e ambientalmente capaz de se constituir como alternativa eficaz, quando se falar em desenvolvimento.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

No presente trabalho, o método de interpretação fundamenta-se na realidade e na ciência vista a partir da concepção de mundo do pesquisador. Apesar das discussões estarem centradas na relação, turismo e desenvolvimento local como base no enfoque territorial, o estudo procura sistematizar e integrar análises e reflexões teóricas no contexto físico-territorial, sócio-político e cultural que venham a contribuir na relação entre sujeito e objeto investigado.

Nesse sentido, pode-se dizer que, o método de interpretação da presente pesquisa perpassa pela sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem de mundo e de vida; referindo-se assim, à postura filosófica, ao procedimento quanto às questões da lógica, à ideologia e a política do cientista; enfim, é a concepção de um sistema aplicada ao trabalho científico (MORAES; COSTA, 1984 apud. SILVEIRA, 2002).

Nessa investigação, as reflexões sobre desenvolvimento realizado a partir da dimensão local foram tomadas como válidas para a discussão - dos limites ou fronteiras¹ físicas ou políticas – da dimensão territorial, na qual o turismo muitas vezes encontra seus enclaves e em outras tem a capacidade superá-los com facilidade, até mesmo unindo comunidades locais em prol de um objetivo único: o do desenvolvimento local.

Sendo o enfoque, o estudo do turismo de base local como atividade alternativa para promover o desenvolvimento nos municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC, pode-se dizer que o local – recorte espacial de média e pequena dimensão – que apresenta um padrão de desenvolvimento coloca-se em evidência. Porém, não se pode negligenciar que o local ganha destaque (negativo) na medida em que há desregulamentação em que certos espaços, tiveram uma inserção e um crescimento distinto de outros, bem como, onde houve a aplicação ineficaz de políticas macroeconômicas ao setor.

¹ Neste contexto, para o capital, não há fronteiras físicas, e as fronteiras políticas, após a queda do muro de Berlim, nunca mais foram as mesmas. Porém, paradoxalmente, é nesse sentido também que o espaço local ganha destaque.

De acordo com Vainer (2002), do ponto de vista do pensamento social e político, a questão da escala de ação nunca se havia colocado com tanta centralidade. Isso somente ocorreu com o grande debate que antecedeu e acompanhou a I Guerra Mundial, ou seja, a escala territorial passa a vogar em primeiro plano, na qual, o espaço local encontra cuidadosos defensores e detratores.

Vale ressaltar, que o enfoque territorial permite pensar o desenvolvimento para além dos limites e fronteiras físicas ou políticas, onde os municípios surgem como estrelas de uma constelação.

No que tange aos procedimentos operacionais da pesquisa, estes foram organizados e desenvolvidos da seguinte maneira: a coleta, a análise, a compilação/apresentação dos dados, e a discussão dos resultados obtidos.

Técnicas quantitativas para dimensionar e reproduzir os fenômenos aparentes e os visíveis da realidade, bem como as técnicas qualitativas, essas utilizadas para desvendar as reais condições de vivência e as concepções dos sujeitos envolvidos no objeto de pesquisa, foram utilizadas como marco nos procedimentos metodológicos desse trabalho. Através dessa análise, tornou-se possível promover um diálogo entre os saberes científico e o vivido, pois podem-se conhecer melhor as experiências sociais e o significado que podem ser atribuídos a essas práticas de vivência através de um melhor conhecimento dos sujeitos com os quais se dialoga na pesquisa (MARTINELLI, 1999).

Portanto, primeiramente, buscou-se através da participação em disciplinas acadêmicas e cursos oferecidos pelo Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná reunir as fontes bibliográficas pertinentes à fundamentação do referencial teórico-metodológico e conceitual norteador dessa pesquisa. Nessa perspectiva, foram de suma importância os encontros constantes com o orientador e a participação em eventos científicos relativos à discussão do objeto investigado. Com o levantamento, a análise e a compilação do material bibliográfico consultado, procurou-se evidenciar uma visão do turismo como atividade estratégica para o desenvolvimento e de que modo as políticas públicas do setor, o planejamento estratégico, sustentável e integrado

da atividade e a inserção da população local inserem-se no processo de implantação da mesma.

Posteriormente, foram consultadas, elaboradas e aplicadas fontes estatísticas e cartográficas concernentes à área objeto de estudo. Caracterização geográfica (configuração territorial, distribuição populacional), análise dos recursos, da infra-estrutura, equipamentos e serviços turísticos.

Dando prosseguimento, dados primários foram coletados em pesquisas de campo. Fotografias *in loco*, entrevistas com a população local, com os turistas, com os responsáveis pelos meios de hospedagem e aplicação de um questionário previamente elaborado dirigido aos responsáveis pelas Secretarias de Turismo das prefeituras, nos Municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC, fizeram parte dessa etapa. Levantou-se através da aplicação dos questionários, dados referenciais sobre a atual situação em que se encontram a implantação e/ou a gestão de programas e projetos de turismo nos dois municípios, levando-se em consideração os vários agentes sociais participantes desse processo, bem como, a opinião da população local e dos turistas frente a esse processo. Salienta-se que os questionários aplicados junto aos turistas e à população local tiveram como intencionalidade, realizar uma consulta acerca das opiniões dos mesmos, para corroborar em algumas afirmações feitas durante a discussão dos resultados e conclusão da pesquisa.

Finalizando, à luz dos pressupostos teórico-conceituais, das pesquisas de observação e da aplicação dos questionários, procedeu-se de forma qualitativa o agrupamento, interpretação, apresentação e discussão dos resultados obtidos, tendo em vista as características, semelhanças e diferenças referentes à área de estudo, em busca de alcançar o objetivo central proposto nesse trabalho. Por meio de um conjunto de considerações conexas sobre os princípios e meios apresentados nessa investigação, procura-se apresentar através de ações exeqüíveis, subsídios para que os diversos agentes e atores locais passem a ver no turismo de base local um meio socioeconômico, cultural e ambientalmente capaz de se constituir como alternativa eficaz, quando se falar em desenvolvimento.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscou-se no referencial teórico em que a presente investigação está alicerçada, integrar vários enfoques conceituais presentes nas áreas da geografia, sociologia, turismo, economia, planejamento que convergem aí para uma área cada vez mais rica e complexa de estudos – a do turismo – para que a presente pesquisa ganhasse caráter científico.

Dessa forma, procurou-se demonstrar através de um mosaico de interpretações conexas entre as categorias de análise, a clareza, no que se refere à abordagem do fenômeno, chamado turismo - na sua base local - enquanto produtor, consumidor e ordenador de territórios, com objetivo de promover-se o desenvolvimento local.

Posto isto, deve-se considerar que não existe neutralidade no emprego da categoria de território. O horizonte do presente trabalho, que permeia pela análise de como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local, aponta para a idéia de Santos (1999), em relação à concepção do significado do *território*.

Sobre esse aspecto, o autor relata que a idéia de território usado, pode ser mais adequada à noção de um território dinâmico, de um território em processo. O território deve ser visto como algo que está em processo se considerarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo. O território é de suma importância, pois é nele que se dá o quadro de vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão racional, nas suas dimensões intermediárias, bem como, na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que forma o traço de união entre passado e o futuro imediatos.

Considera-se aqui, o significado de território análogo ao de espaço, sendo entendido, portanto, como àquele que é formado histórica e culturalmente, é indissociável e acaba criando um sentimento de pertencimento, o que deve levar o planejamento público e privado, bem como, a sociedade, a reconhecê-lo em suas particularidades (WANDERLEY, 2001). Certamente o agir humano acaba cristalizando-se na identidade com o lugar onde vive – criando uma relação com o território.

A análise baseada no território pressupõe uma política local transescalar, definida por objetivos ambiciosos, rejeitando pressupostos de que não há opções a fazer (VAINER, 2002). Portanto, pode-se dizer que o território permite recortes analíticos, horizontais e verticais, concebidos no plano concreto e na sua totalidade, onde há situações em que o território pode ultrapassar os limites estaduais, como é o caso da área investigada nessa pesquisa.

Na perspectiva do turismo, os territórios devem ser trabalhados como unidades de planejamento voltadas para a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento social reconhecendo a heterogeneidade da sociedade como condição do desenvolvimento, desatrelando-se, da condição de refém de um modelo econômico excludente.

Não se refuta aqui, que o território está sujeito ao aparato político e jurídico inserido nas relações entre as esferas públicas. Para Souza (1995) e Raffestin (1993) o território evidencia, sobretudo, relações de poder. Todavia, o conceito de território superpõe-se às divisões político-administrativa e/ou jurídica, estabelecidas nas relações de domínio distintas legitimadas e organizadas respectivamente nos níveis federal, estadual e municipal.

De acordo com Santos (1999), essa necessidade surge da constatação de que a gestão e a regulação do território são cada vez menos possíveis pelas instâncias chamadas políticas e passam a ser exercidas pelas instâncias econômicas. A intencionalidade da presente pesquisa perpassa inevitavelmente por essa orientação, pois o turismo ao se materializar no espaço, não pode ser dividido, seja por limites físico-naturais ou político-institucionais, por sua enorme capacidade de produzir, consumir e ordenar os espaços, principalmente quando o objetivo é o de se estabelecer a atividade como alternativa para o desenvolvimento sócio-espacial.

Da mesma forma, quando se planejam políticas públicas consistentes para o turismo com objetivo de promover o desenvolvimento, deve-se primar pelo planejamento estratégico baseado na ruptura de privilégios, em que o setor público deve estabelecer diretrizes para o desenvolvimento, criando as condições da inclusão social.

Nesse ponto, Brandão (2003) aponta para o enfrentamento teórico e político aos localismos, pois para esse autor, a condição de subdesenvolvimento se não for combatida de alguma maneira, pode culminar num quadro praticamente irreversível.

Logo abaixo, procurou-se sintetizar em dois momentos, de que maneira os localismos podem ser enfrentados, para garantir a amplitude dos horizontes de possibilidades almejados pelo desenvolvimento:

- O primeiro diz respeito àquele (mais atraente) próprio dos processos de se arranjar, montar, dar sentido, direção, coerência às transformações que uma sociedade quer armar e projetar para o futuro, dispondo de certos instrumentos eleitos para determinados fins;
- O segundo é aquele (menos sedutor) próprio dos processos de se desmontar, desarranjar, constranger, frustrar expectativas e ações deletérias à construção social.

Assinala-se que o grande desafio do pesquisador ao trabalhar o *modismo do desenvolvimento local*, é o de se trabalhar com o que ainda não é, ou seja, trabalhar na ausência de direitos sociais, de racionalidades espaciais, enfim, de oportunidades do ponto de vista do interesse da economia globalizada.

Quando dirigido ao planejamento, o papel que compete ao setor público é o de compreender esses nexos transescalares contidos na formação do espaço geográfico (VAINER, 2002), para definir então, programas e projetos – que nesse caso – estarão voltados ao desenvolvimento do turismo a partir da sua base local.

A instrumentalização de um planejamento deve perpassar por pesquisas de campo sérias e consistentes a fim de identificar as semelhanças e as diferenças encontradas nos territórios. Daí seria possível abstrair-se um diagnóstico mais preciso, sobre o potencial e as necessidades existentes sobre os mesmos. Estaria-se então, falando-se de um planejamento responsável, que assume compromisso com o desenvolvimento.

Sobre esse assunto, Santos (1999) assinala que nos espaços da globalização existem relações verticais e horizontais que resultam na produção de espaços banais – que são o espaço da comunhão, da comunicação, o espaço de todos -, não apenas em

contraposição ao espaço dos fluxos econômicos, e sim por serem também considerados o lugar de todos, sem excluir qualquer que seja a instituição ou empresa. Dessa forma, haveria uma volta à noção de totalidade dos atores agindo no espaço.

Cabe aqui uma crítica, recorrendo-se às palavras de Santos (1999), onde o mesmo faz a defesa do espaço e a crítica aos planejadores, relatando que “os territorialólogos”, deixaram de lado a noção da totalidade, pois a pesquisa e o planejamento são realizados, na maior parte dos casos, sobre algo que não é o espaço.

Diante do exposto, pode-se dizer que as dimensões espacial, ambiental, populacional e sociocultural são variáveis constantes, daí nascem os territórios (SANTOS, 1993 e 1999).

3.1 O QUE É DESENVOLVIMENTO LOCAL?

Como mencionou-se no item anterior, o grande desafio desse tema, é o de trabalhar-se com o que ainda não é, portanto, qualquer que seja a resposta que se de a essa indagação deixará lacunas. Porém, é importante avançar-se cada vez mais no interior dessa discussão, para que de maneira gradativa as respostas tornem-se cada vez mais sólidas e consistentes.

Rodrigues afirma o seguinte, “palavras velhas não servem a coisas novas” (1997, p. 10), em fazer esta afirmação a autora vincula ao vocábulo, *desenvolvimento*, um significado muito maior do que o tradicional, o das estatísticas, muito desgastado, aquele que se refere ao desenvolvimento como sendo sinônimo de crescimento econômico e de regulação na distribuição de renda. Prosseguindo, a autora relata que não basta um elevado aumento no PIB, divulgado em letras garrafais pela mídia impressa. O que deve ser levado em consideração é que “a economia não é tudo sem eficácia social e aquilo que é cooperativo e associativo não significa necessariamente negação da capacidade de empreendimento.” (ibid. p. 10).

Outra consideração relevante a ser feita, é a de que a óptica empreendida nesta reflexão assume uma postura em que a realidade nas relações entre turismo e desenvolvimento é diferenciada. Souza (1997, p. 17) salienta, que as reflexões devem ser sempre retroalimentadas por outros estudos de casos, ou comparativos, que poderão conduzir à situações e respostas distintas.

Partindo dessas premissas, não admite-se utilizar a visão onde o desenvolvimento é entendido como o binômio formado pelo crescimento econômico e pela modernização tecnológica, ou seja, desenvolvimento econômico. Portanto, concorda-se com Souza (1997, p. 18), onde o mesmo destaca que o desenvolvimento “deve designar um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna para seus membros, mais justa e legítima.”

Nessa linha de raciocínio, o desenvolvimento não deve ser visto somente sob a ótica econômica, mas sim, numa concepção de desenvolvimento sócio-espacial, onde o mesmo deve atender as necessidades para a superação de problemas e conquista de condições que propiciem uma maior felicidade individual e coletiva nos diferentes aspectos, sejam eles culturais, político-institucionais ou espaços constituintes das relações sociais (cultura, economia e política), bem como, o espaço natural e social.

Portanto, “refletir sobre o desenvolvimento com base local é negar-se a endossar a política e a economia que originam e reforçam assimetrias, que redistribuem muito aos poucos e o pouco a muitos, gerando e reproduzindo pobreza e exclusão” (RODRIGUES, 1997, p. 10).

As reflexões que giram em torno desse temário associado ao planejamento espacial a partir do turismo, são amplamente discutidas e defendidas em obras como: Turismo e Desenvolvimento Local (1997); Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais (1996); Política de Turismo e Território (2002), as quais contemplam reflexões e concepções de autores renomados como - Arlete Moysés Rodrigues, Marcelo José Lopes de Souza, Ireleno Porto Benevides, Adyr Balestreri Rodrigues, Rita de Cássia Cruz, Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira, Carminda Cavaco - que balizam seus trabalhos nessa perspectiva.

Portanto, admite-se que na atualidade o turismo deve ser encarado como importante motor de desenvolvimento com base local, contemplando as potencialidades endógenas principalmente.

3.2 ANÁLISE REFLEXIVA ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE TURISMO DE BASE LOCAL E DESENVOLVIMENTO

Para iniciar esta reflexão, concorda-se com o que Cooper et al. (2001) relata em sua obra, *Turismo, princípios e práticas*, sobre algumas percepções que são deslocadas acerca do turismo. Comumente, a atividade está circundada por certos mitos que contribuíram de forma irreal para formação de uma imagem glamourosa.

Para melhor compreensão desse cenário, segue-se sintetizadamente, algumas imagens míticas vendidas e, a realidade empreendida pela atividade turística. Segundo Cooper, miticamente acredita-se que, a maioria do turismo é internacional, realizado por meio de viagens aéreas; o turismo diz respeito às atividades de lazer durante as férias; os empregos na área de turismo significam muitas viagens e chance de aprender línguas (et al., 2001, p. 36).

Na realidade, de acordo com Cooper et al. (2001, p. 235-236) e baseado em dados divulgados pela Organização Mundial de Turismo (OMT), e pelo Ministério do Turismo do Brasil (Mtur), verifica-se que:

- a) O turismo no mundo é predominantemente doméstico (pessoas viajando no seu próprio país), respondendo por aproximadamente 80% das viagens turísticas. Segundo dados da OMT, no ano de 2005, o Turismo Internacional representou o deslocamento de 5,4 milhões de pessoas em viagens para o Brasil, por exemplo, enquanto que, nesse mesmo ano, de acordo com o Ministério do Turismo do Brasil, o Turismo Interno, ou seja, o número de usuários utilizando-se somente da modalidade de transporte aéreo dentro do próprio país (viagens domésticas), chegou a cerca de 42 milhões;
- b) O turismo inclui todos os tipos de visitas, incluindo trabalho, conferências e educação. Em 2005, conforme dados oficiais dispostos no anuário estatístico do Turismo do Brasil,

divulgados pelo Ministério do Turismo, essas modalidades representaram aproximadamente 33% do montante total das viagens realizadas no país, e por fim;

- c) A maioria dos empregos em turismo está ligada ao setor de hospitalidade e envolve poucas viagens. Um exemplo para fortalecer essa última afirmação, pode ser verificado com relação aos empregos gerados na rede hoteleira (a qual responde por uma parcela considerável dos empregos diretos criados pelo turismo). A estrutura típica de emprego nesse setor, por exemplo, apresenta cerca de 64% dos trabalhadores trabalhando em funções operativas e com pouca qualificação.

A orientação teórico-metodológica deste estudo perpassa pela refutação à visão criada em torno dos mitos turísticos desvelados no cenário acima, e pela consideração de que a atividade turística percorre caminhos abertos por realidades que a aproximam cada vez mais da esfera local. É nesse sentido, que a sua análise na base local ganha envergadura e importância no meio acadêmico.

Entrelaçando tais concepções às de Cavaco (1996), pode-se constatar que o turismo ligado ao desenvolvimento local, possui plena capacidade de fixar e atrair a população com êxito, no sentido de assegurar melhores condições de vida tendo como aspecto basilar a revitalização e a diversificação econômica do lugar.

Para Rodrigues (1997), o turismo de base local enquanto concepção estratégica de desenvolvimento encontra-se justamente ao nível de micro-regiões, de pequenos territórios, de cidades pequenas e médias, onde são fortemente sentidas as mediocridades de condições de vida, manifestadas no êxodo e na pobreza. Em regiões estagnadas ou carentes são postuladas as atividades turísticas com o propósito de corrigir os desníveis de desenvolvimento, na expectativa de que elas possam oferecer um aumento na geração de renda e empregos, conseqüentemente, refletindo na melhoria da qualidade de vida da população.

Todavia, de acordo com Cara (1996, p. 92), nem sempre o discurso coincide com a prática:

La complejidad de la vida económica actual implica la necesidad de observar variados procesos muchas veces contradictorios con los abjetivos primários del desarrollo planteado. Posiblemente el análisis de los circuitos del capital y la posibilidad de fijarlo localmente en proporciones adecuadas al sostenimiento de la actividad sea uno de los principales problemas.

Quando se discutem os efeitos procedentes da atividade turística e a sua pertinência ao desenvolvimento local, pode-se então fazer a seguinte indagação: *quem ganha* (ou tende a ganhar) e *quem perde* (ou pode perder) com esta atividade?

Na tentativa de responder a esta indagação, de acordo com Souza (1997) pode-se delimitar a análise em três grupos principais de indivíduos, quais sejam:

- a população da área de origem dos turistas;
- o turista;
- população da área de destino dos turistas.

Balizado nessa delimitação, o único, ao menos do ponto de vista racional que sai *a priori*, ganhando, é o turista, pois do contrário, fazer turismo não os estimularia a empreender a atividade.

Por sua vez, a população da área de origem dos turistas, pode tanto ganhar como perder. Ganha, na medida em que os efeitos negativos impostos pela atividade, como a degradação ambiental, a exploração sexual de menores de idade, etc., são evitados, esse tipo de turismo social e ambientalmente predatório na área de destino, acaba por se tornar uma válvula de escape, que, além de servir ao turista, poupa a área de origem deste. Pode perder do ponto de vista econômico (pois os turistas estarão *gastando seu dinheiro* em outro lugar).

Quanto à população da área de destino dos turistas, considerando seu aspecto heterogêneo, pode-se dizer que, certos grupos ou segmentos, como os do capital imobiliário e de agenciadores, podem lucrar, enquanto outros grupos (principalmente a população local mais carente), apesar da geração de empregos e do incremento na renda local proporcionada pelo turismo, podem ver-se seriamente prejudicados, tendo suas estratégias ou o seu acesso a recursos essenciais ameaçados (SOUZA, 1997).

Portanto, a análise em escala local (respeitada os seus limites), remete ao esclarecimento que, quanto mais frágil socioeconômica e politicamente for um grupo, maior será sua dependência para com recursos de base estritamente local.

Paradoxalmente, as políticas estratégicas de desenvolvimento tendenciam a se associarem aos interesses exógenos ou alheios ao “local”, primando por escalas maiores de análise, e admitindo com *uma*, onde existem realidades particulares que deveriam ser consideradas. Sendo assim, a capacidade de realocização espacial nas esferas macro de análise, muitas vezes, perpassa pela indiferença aos efeitos negativos, ocasionados por um turismo predatório ao local.

Para Souza (1997, p. 20), “é necessário, por conseguinte, identificar, em cada caso, os diversos grupos de interesse, manifestos ou latentes, e divisar seus objetivos e estratégias/táticas.”

Valendo-se ainda das idéias do referido autor, sobre qual é a contribuição que o turismo tem no desenvolvimento local, pode-se permear por duas questões basilares:

A primeira é relativa à *autonomia*, posta como central e atrelada ao desenvolvimento sócio-espacial atende a um disciplinamento do turismo conforme interesses e necessidades de uma coletividade, de tal modo que a mesma possa gerir os seus destinos com autonomia, ou seja, definir prioridades e os meios de concretizá-las. No entanto, há que se terem precauções nesse entendimento, pois a população nunca é homogênea, tampouco o poder é sintético, sobretudo em uma sociedade capitalista periférica. Neste sentido, sem a participação efetiva da população na gestão dos recursos sócio-espaciais de seu município, dificilmente, o turismo tenderá a trazer um desenvolvimento sócio-espacial duradouro.

A segunda diz respeito aos *graus de complexidade* diferentes, a discussão aí se dirige ao antagonismo criado entre o meio socioeconômico e cultural decorrente do contato irregular de grupos distintos. Poder aquisitivo e cultura semelhantes entre turistas (espaço de origem) e população local (espaço de destino) podem diluir os efeitos negativos

procedentes sobre o território/local “receptor”, podendo imergir até, como predominantes, os efeitos positivos.

Entretanto, Souza (1997, p. 21), faz um contraponto a esta lógica afirmando que, “[...] a assimetria de renda e as diferenças culturais podem ser negativas e traumáticas [...]”. Nesse caso, a relação diacrônica entre turistas e população local, gerará a última, problemas de ordem direta (estímulo a prostituição e mendicância) e indireta (elevação de preços no mercado local, por exemplo), comprometendo e prejudicando os habitantes mais pobres. Enfim, pode resultar até mesmo na perda coletiva da auto-estima, ocasionada pelo choque contrastante entre culturas, gerando problemas sociais e psicológicos pela agressão à própria identidade coletiva.

Entrelaçando as assertivas já expostas às de Benevides (1997) com a relação à possibilidade do turismo de base local constituir-se em uma alternativa para o desenvolvimento, assinala-se o seguinte:

- a) O turismo com base local pode representar uma alternativa concreta, em contraposição ao famigerado turismo de massa, que tende a ser um degradador do meio ambiente, descaracterizador de culturas tradicionais, produtor de imagens estereotipadas de um lugar a serem consumidas em larga escala;
- b) O turismo pode se constituir em uma medida compensatória dos efeitos economicamente perversos, sobretudo, impostos pelo processo de globalização, o qual promove a hierarquização dos lugares e estabelece uma integração seletiva, ampliando desse modo, as condições de marginalidade nos mesmos (BENEVIDES, 1997).

Seguindo essa linha de raciocínio, inegavelmente constata-se que o turismo de base local como fator de desenvolvimento é um estilo contraposto às tendências e aos padrões dominantes, o que por sua vez, não é um atrativo para os “dominantes” (poder público e empresários do setor), os quais, notadamente direcionam as políticas de incentivo ao setor para a implementação dos denominados mega-projetos.

Esse cenário é exacerbado, através daquelas que, teoricamente são (ou deveriam ser) as preocupações/orientações centrais presentes no turismo de base local, quais sejam:

- a) A manutenção da identidade cultural dos lugares, como próprio fator de atratividade turística;
- b) A construção de uma via democrática para desenvolvimento de certas localidades, articulada pelo turismo como fator estruturante de valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa desse processo;
- c) Estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infra-estrutura turística ou mesmo nenhuma transformação adicional desses espaços [...] (BENEVIDES, 1997, p. 25).

Não obstante, e despidido de um caráter político-ideológico e de “localismo”, o turismo com base local pode trazer efeitos favoráveis ao desenvolvimento sócio-espacial, como por exemplo:

- Geração de ocupações produtivas e de renda;
- Desenvolvimento participativo;
- Qualidade de vida;
- Preservação da identidade cultural da população.

Entretidas estas considerações, pode-se dizer que, se o turismo almeja (através dos diversos atores e agentes envolvidos nessa atividade) um papel de vetor no desenvolvimento local, deverá remeter-se a atender preceitos básicos da sociedade e do ambiente como o respeito aos valores culturais e sócio-ambientais da área de destino da atividade, bem como, conduzir a um aprendizado mútuo enriquecedor e desvanecedor de preconceitos entre a demanda e a população anfitriã. Essas considerações constituem-se orientadoras tanto para as áreas onde o turismo se faz presente com mais contundência como também, para áreas que pretendem incentivar/estimular a atividade como alternativa para o desenvolvimento, como é o caso da área objeto desse estudo.

Aprofundando a reflexão e valendo-se das palavras de Souza (1997, p. 21):

Na medida em que o turismo, em vez de simplesmente se ajustar a uma realidade marcada por heteronomia, disparidades e preconceitos (eventualmente até agravando esses problemas), contribuir para minorar

esse quadro, ele estará, sem ressalvas, sendo um fator de desenvolvimento socioespacial.

Logo, o horizonte “sustentável” almejado pelo turismo, deve compreender uma relação que perpassa harmonicamente pelo desenvolvimento socioeconômico aliado a conservação ambiental. Nessa perspectiva, o turismo na sua base local tem maiores chances de alcançar seus objetivos, sobretudo, se atender as precauções e orientações abordadas nesse estudo.

De acordo com Benevides (1997, p. 30):

O turismo como ‘fator’ de ‘arranco’ para o desenvolvimento local e mesmo indutor de um subseqüente desenvolvimento regional – pelo possível papel polarizador de um lugar, no caso o município – estaria na sua possível conversão em fator estruturante e motor de um desenvolvimento diversificado e sustentado.

Retomando-se a problematização inicial que incitou o desenvolvimento dessa pesquisa, qual seja estudar o papel que cabe ao turismo de base local como alternativa para o desenvolvimento? Notadamente, em locais onde o turismo ainda é incipiente não pode-se imaginar que haja uma resposta universal à questão.

O que fica evidente, é que do ponto de vista do desenvolvimento, a atividade turística pode promover efeitos antagônicos (tanto positivos como negativos), levando-se em consideração que, ela pode ser altamente impactante - no que tange aos seus efeitos à sociedade e espaço de sua prática - tanto pelo fluxo de pessoas que mobiliza como pelas grandes cifras geradas, dependendo:

- Primeiramente, do que se entenda por desenvolvimento;
- Em segundo lugar, da natureza do turismo em questão, ou seja, seu caráter predatório ou não, o grau de contraste socioeconômico e cultural entre os grupos humanos envolvidos e, finalmente;
- De quais grupos ou segmentos sociais específicos referentes à área de destino do fluxo turístico se esteja falando.

Prosseguindo essa reflexão, faz-se necessário identificar outros elementos teórico-conceituais considerados fundamentais para nortear a presente investigação.

Dessa forma, no desenvolvimento do presente trabalho, as discussões perpassam por abordagens consideradas como representativas nas relações e nos efeitos procedentes *do turismo, sobre o território; a sustentabilidade do meio ambiente e; notadamente aos seus aspectos basilares: as políticas públicas, o planejamento territorial e a participação da população local neste processo.*

O entrelaçamento do referencial teórico à pesquisa empírica (posteriormente) tem como propósito alcançar os objetivos propostos pelo trabalho e, por conseguinte, corroborar na resposta à problematização da investigação. Esses elementos são considerados de fundamental importância para inserção planejada do turismo em espaços onde essa atividade é incipiente, principalmente no que tange a economia local da área de estudo.

3.3 A CENTRALIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

De acordo com Sansolo e Cruz (2003, p. 2):

A política pública é parte do processo de planejamento governamental e envolve tudo aquilo que um governo decide fazer ou não relativamente a um dado setor da vida social. Considerada assim de forma tão abrangente, a política pública funde-se ao próprio processo de planejamento, com a diferença de que o planejamento é o processo e a política pública é o posicionamento da administração pública frente a um aspecto da vida social em um dado momento.

Segundo Hall (2001, p. 26), “a política pública para o turismo é tudo o que os governos decidem fazer ou não com relação ao setor.” A política pública pode ter caráter mais ou menos generalizante. No que se tange ao turismo, pode desdobrar-se, por exemplo, em outras políticas específicas como uma política de marketing turístico, de capacitação de mão-de-obra, etc.

No Brasil, o grande marco institucional na evolução da política do turismo no Brasil foi a criação da Embratur em 1966, como uma autarquia, e que enfocava o turismo como uma “indústria nacional” a ser fomentada, dentro das prioridades estratégicas dos governos militares posteriores a 1964. Na Embratur a atividade era rigidamente controlada e centralizada (BECKER, 2001, p. 5).

No governo do presidente José Sarney já na década de 80, ocorreu certa liberalização do setor turístico. O episódio que mais marcou essa fase de transição foi o lançamento oficial pela Embratur de um novo produto no mercado, o turismo ecológico que dava início à articulação entre o turismo e a questão ambiental (BECKER, 2001, p. 5).

No mandato do governo Fernando Collor, com a realização da Eco92, (Conferência Mundial do Meio Ambiente) realizada no Rio de Janeiro, as pressões ambientalistas ganharam dimensões vultosas, dessa forma, foram regulamentadas novas diretrizes para a política do turismo, que redefiniram as prioridades antecedentes (BECKER, 2001, p. 5).

Esse novo modelo político fortaleceu a idéia do turismo como fator de desenvolvimento que em tese, deveria se difundir, não só no discurso, mas também na prática e na descentralização, com a Embratur deixando de ser a legisladora e executora do turismo. Como resultado dessa nova política nacional de turismo foi implantado, ainda em 1992, o Plantur - Plano Nacional de Turismo, entendido como instrumento de desenvolvimento regional. O embasamento do plano é a diversificação e a distribuição geográfica da infra-estrutura, que estava altamente concentrada no sul e no sudeste (BECKER, 2001, p. 5).

No nível federal a transição se manifesta no conflito entre as políticas setoriais, onde diretrizes desenvolvimentistas e ambientalistas por vezes se chocam.

Por outro lado, as políticas em si mesmas sempre foram bastante confusas, e muitas vezes o discurso não corresponde a prática. Há também uma tentativa do Estado de definir seu papel numa estratégia de descentralização controlada ou seletiva. Ao nível dos parceiros, embora o discurso aponte para a iniciativa privada, os governos estaduais, municipais, a sociedade civil e a população em geral, no exercício da cidadania, a realidade dos fatos evidencia que os parceiros privilegiados nesta política são os governos estaduais (BECKER, 2001, p. 6).

Retornando-se a esfera da administração pública federal, pela primeira vez na história do país o turismo tem um ministério todo para si. A criação do Ministério do Turismo em 01/01/2003 (Medida Provisória nº. 103) logo no primeiro dia de mandato do Governo

Lula deu a entender que este governo daria ao turismo, a devida atenção, o *status* merecido (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 2).

Entretanto, assinala-se aqui que parece paradoxal a criação de um Ministério somente para o turismo, pois, em países como a Alemanha, por exemplo - salvaguardadas as devidas limitações comparativas -, o turismo é orientado por políticas setoriais não verticalizadas e descentralizadoras, e mesmo assim, responde por cerca de 8% do PIB e gera três milhões de empregos naquele país (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 2-3).

A essa primeira medida administrativa somou-se, pouco tempo depois, o primeiro documento de caráter generalizante deste governo voltado à organização e ao desenvolvimento do setor do turismo no Brasil, que é o Plano Nacional de Turismo: 2003/2007. Observa-se então, que todas as políticas e planos estaduais e regionais estão alicerçadas no Plano Nacional do Turismo 2003/2007.

No entanto, a abordagem regional que faz o Plano Nacional do Turismo restringe, a princípio, a escala regional a macro-regiões, ora coincidentes com as macro-regiões político-administrativas ora a regiões econômicas ou fisiográficas (conforme se pode ver no Programa de Desenvolvimento Regional, parte do Macro Programa 3 - Infra-Estrutura, que menciona como exemplos o Prodetur Nordeste II, Sul, Centro, Proecotur Amazônia e Programa Pantanal). O Programa de Roteiros Integrados não é concebido pelo Plano como um programa de desenvolvimento regional apesar de prever a organização de municípios em consórcios (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 5).

Considerando-se esse fato, o que ocorre é uma redução do significado de região à dimensão político-administrativa, quando, em verdade, o conceito de região abrange distintas escalas geográficas. Assim sendo, perde-se a oportunidade de aproveitar de forma mais concreta a região como instrumento do planejamento governamental e da gestão pública dos territórios (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 5).

Salienta-se que o importante é implementar uma política integrada, para abolir esses conflitos setoriais que se criaram no Brasil, onde se multiplicaram agências, empresas onde cada um perpetra a sua política, gerando desordem e insustentabilidade institucional.

Há uma necessidade mínima de integração, de articulação entre as políticas (BECKER, 2001, p. 7).

Uma cultura de valorização do turismo só se constrói social e historicamente, não é algo que se arquiteta da noite para o dia ou por meio de atos administrativos. A administração pública federal no Brasil, historicamente, nunca tratou o turismo, de fato, como uma atividade proeminente. Muito pelo contrário, sua relevância resumiu-se somente ao plano do discurso. Decorre-se disso, diversos setores da administração pública, em suas diferentes escalas, serem refratários ao tratamento de temas relacionados ao desenvolvimento do turismo, que, por conseguinte é mantido, freqüentemente, fora das agendas das políticas públicas setoriais pelas quais deveria ser considerado (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 3).

Portanto, em se tratando de planejamento governamental, ainda não vivenciamos um processo completo em que política pública federal e plano nacional de turismo fossem objetivamente constituídos, devidamente equivalentes e necessariamente publicizados (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 4). Pode-se dizer que, surge o novo Plano Nacional do Turismo, calcado no velho discurso governamental.

Contrariando o que diz a própria mensagem introdutória ao PNT, o turismo não é uma questão exclusivamente de vocação, uma vez que o potencial turístico não é formado por um dado elemento natural, mas sim surge no esteio e é resultado de uma construção cultural. Enquanto produto, ele é obra de um conjunto de condições resultantes de relações entre cultura, mercado e políticas públicas que venham convencionar o desenvolvimento da atividade. Prosseguindo, a matiz da mensagem do Presidente parece cooperar, também, com a repetida imagem de que o turismo é a "salvação da pátria" e este é um risco que um plano governamental não pode incorrer. A atividade turística é capaz, de fato, de trazer benefícios para o Brasil, como foi e tem sido com outros países, mas isso somente poderá ocorrer, se a mesma for baseada em um processo lento e planejado (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 4).

Destaca-se também, o negligenciamento do território nesse processo. Que o turismo é capaz de gerar riqueza, renda, postos de trabalho e movimentar diversos setores produtivos é fato amplamente discutido e unanimemente reconhecido. O que não se pode ocultar, entretanto, são seus efeitos sobre os territórios. Tendo o espaço como principal objeto de consumo, o turismo é uma prática social fortemente territorializada e igualmente territorializante já que insere nos lugares sua lógica de arranjo espacial, não raras vezes solapando lógicas pré-existentes (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 5).

Nesse sentido, o espaço é um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, formado pela interlocução entre sistemas de objetos e sistemas de ações que se complementam e são decorrentes do quadro natural onde a história se dá. O espaço não é condicionado, é também condicionante, não constituindo desse modo apenas um suporte para as relações sociais que sobre ele se dão (SANTOS, 1994, p. 111).

O turismo, portanto, é um dos eixos desencadeadores da espacialização, agindo como desterritorializador e produtor de novas configurações geográficas. Esta produção do espaço turístico pode ser compreendida como algo socialmente produzido e expressa as contradições do modo de produção e das resistências do cotidiano para os habitantes.

Enfim, o turismo materializa o espaço de diversas formas, muitas vezes, contraditoriamente, o que implica inegavelmente, a pensar-se, em relações de poder. Daí decorre a necessidade de interpretar-se a pujante relação entre turismo e território.

Para Raffestin (1993, p. 143-144):

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela abstração). O ator territorializa o espaço.

Percebe-se então que, o território, seja ele qual for, não é uma entidade que paira independente sobre a sociedade, mas um espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente.

No Plano Nacional do Turismo 2003/2007, o território é abordado - como tem sido sistematicamente no planejamento governamental do turismo no Brasil - como um mote

secundário, restrito a uma abordagem predominantemente econômica do fenômeno (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 5).

Compreende-se que a cadeia produtiva tem de ser gerida, norteada, regularizada pelo poder público, mas não necessariamente planejada. O território sim, é que tem de ser planejado. Ele tem de ser o alicerce de limitações e de incentivos; uma base normativa para que a dimensão econômica se desenvolva edificada no binômio concorrência/ colaboração (SANSOLO; CRUZ, 2003, p. 5).

Retomando o tema da evolução histórica das políticas de turismo, no final do governo Itamar Franco foram apresentados dois documentos de extrema importância para as políticas públicas de turismo:

- O primeiro, proposto pelo Ministério de Indústria, Comércio e Turismo (MINC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi denominado de Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, e tinha como objetivo principal valorizar o imenso potencial ecoturístico de ecossistemas ainda preservados. Englobava entre os atores envolvidos no ecoturismo, os setores público e privado e outros segmentos da sociedade civil, como ONG's e comunidades locais.
- O segundo, intitulado Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), visava descentralizar a gestão e o planejamento da atividade turística nos municípios, privilegiando o atendimento das necessidades mais urgentes das comunidades locais envolvidas no processo (BURSZTYN, 2003, p. 11).

Não obstante às boas intenções contidas em ambos os documentos, sabe-se que na prática, as diretrizes acabam sendo desvirtuadas. As políticas públicas desenvolvidas sob a égide do ideário neoliberal tendem a priorizar a formação de produtos turísticos voltados para o grande mercado, coagindo a adequação das condições locais no sentido de obter uma maior eficácia em seus serviços, logo, gerando o maior lucro possível (BURSZTYN, 2003, p. 11).

Pensar o desenvolvimento local e social de uma dada região a partir da atividade turística, levando-se em conta apenas os aspectos econômicos, torna-se inviável. Nesse

processo estão entretecidos interesses financeiros, sociais, culturais e ambientais. Para que a atividade turística desenvolva todo o seu potencial gerador de emprego e renda e de preservador da natureza e da cultura locais é essencial que algumas questões básicas estejam contempladas nos programas governamentais (BURSZTYN, 2003, p. 12).

A administração pública deve levar em consideração as especificidades das áreas onde estão previstas as suas interposições, vez que em muitos casos confrontam-se ecossistemas de grande fragilidade. O turismo dito sustentável deve valer-se de instrumentos de gestão e monitoramento ambiental para uma invariável avaliação das condições de uso dos recursos naturais, de forma a valorizá-los e conservá-los.

No entanto, as atenções não podem voltar-se exclusivamente à questão ambiental. É basilar avaliar-se como as comunidades situadas no raio de influência do projeto integram-se ao mesmo, sob o risco de serem socialmente excluídas ou, no limite, extinguidas. As comunidades locais devem constituir-se como sujeitos e não como objetos, não podendo ficar à margem do processo de desenvolvimento da atividade turística (BURSZTYN, 2003, p. 12).

3.4 PLANEJAMENTO TURÍSTICO E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

As pessoas praticam o planejamento em seu dia-a-dia, pois ele contribui para que as tarefas sejam realizadas satisfatoriamente e os objetivos almejados sejam mais facilmente atingidos. O planejamento ordena ações e dá prioridades a elas, permitindo-nos mapear dificuldades ou obstáculos e, assim, escolher previamente caminhos alternativos.

Planejamento é um processo contínuo de tomadas de decisão, voltado para o futuro e para a perseguição de um ou mais fins. Como processo, o planejamento tem um forte sentido de intangibilidade e não pode, portanto, ser confundido com um plano, que é um documento que agrupa um conjunto de decisões sobre determinado tema/área/setor. Planejamento governamental então refere-se ao planejamento que se faz na esfera das administrações públicas, considerando-se suas diferentes escalas de gestão.

Assinala-se aqui, que a finalidade do planejamento é definir as decisões básicas que articulam as políticas (turísticas) de um Estado, região ou organização, ou seja, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do turismo, o tipo de turismo que se quer promover, os mercados que serão atingidos, a posição que se deseja ter nesses mercados, as metas a alcançar e as estratégias dos programas de ações.

Na presente investigação concorda-se com Ruschmann (2004, p. 9), onde a mesma relata, que planejamento turístico “consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupar-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que destroem ou reduzem sua atratividade.”

Logo, o planejamento dá coerência e convergência às atividades em prol do crescimento do turismo. Além disso, deve converter recursos turísticos, ordenando o território e melhorando as infra-estruturas, equipamentos, serviços, promovendo a preservação do ambiente físico, natural e urbano.

De acordo com Silveira (2002), o planejamento deve exprimir um grau de flexibilidade, de forma que possa adaptar-se as circunstâncias imprevistas na sua elaboração, ou seja, após sua implementação esse instrumento deve ser revisto e reavaliado periodicamente, conforme cada plano de ordenamento territorial regional/local.

O aumento do fluxo turístico pode provocar modificações na paisagem, no modo de vida e na economia dos centros receptores. Traz consigo alguns benefícios, como o aumento de rendimento e de empregos, porém, a falta de planejamento da atividade turística ocasiona diversos efeitos negativos, como a poluição visual, a agressão ao meio natural, a marginalização da população, culminando com a deterioração da imagem do lugar (YAZIGI, 2002, p. 133-155).

Para Krippendorf (1989, p. 187), “o lucro é rápido e passageiro é mais prejudicial ao meio ambiente e a população local que o lucro lento, porém eterno, a proliferação de construções desvaloriza o lugar”, trazendo malefícios aos moradores e a paisagem, diminuindo a atratividade da localidade junto aos turistas.

Assinala-se então, que o turismo é híbrido, no sentido que ele possui, ao mesmo tempo, um enorme potencial de desenvolvimento e paradoxalmente, uma grande capacidade de degradação do meio ambiente, bem como, do meio social na ausência de uma regulação adequada para o setor. Nesse sentido, políticas efetivas provenientes das esferas federal, estadual e municipal são extremamente importantes, pela necessidade de se administrar conflitos, fomentar atividades, regenerar áreas degradadas e desenvolver usos alternativos.

Levando-se em consideração tais concepções, constata-se que o planejamento é indispensável e fundamental para que o desenvolvimento turístico proceda-se de uma forma equilibrada e harmoniosa com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir e que auxilie no processo de desenvolvimento local, resultando na conservação dos atrativos e na melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

3.4.1 Planejamento Turístico Sustentável

Considera-se como desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras” (*World Commission of Environment and Development, 1987*).

Entretanto, na prática, o turismo (sobretudo o de *massa*) caracteriza-se ainda por seu caráter elitista, excludente e consumidor da natureza. A esse respeito, Ruschmann (2004, p. 9) relata:

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da ‘busca do verde’ e da ‘fuga’ dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer.

Seguindo essa linha de raciocínio, a mesma autora ainda relata que muitas vezes o comportamento individualista das pessoas (turistas) que se deslocam (em massa) em

busca de lazer – ávidos para usufruir seu tempo livre da forma mais gratificante possível – acaba por prejudicar, e tornar-se invasivo não só para os recursos naturais, mas também para as populações autóctones e para o patrimônio histórico-cultural dos espaços com recursos de beleza considerável (RUSCHMANN, 2004, p. 19-34).

Portanto, para minimizarem-se os efeitos do grande afluxo de pessoas nesses ambientes (extremamente sensíveis) é necessário que seja realizado um planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades turísticas. Tal atitude torna-se fundamental para evitarem-se os danos sobre os meio visitados e para manter a atividade dos recursos às gerações futuras.

Quanto ao meio ambiente, é incontestável a sua inter-relação com o turismo, uma vez que o primeiro constitui a “matéria prima” da atividade. De acordo com Holder (1991, p. 279), como meio ambiente entende-se a biosfera, isto é, o envoltório da Terra: as rochas, as águas e o ar, juntamente com seus ecossistemas, constituídos de comunidades – integradas por indivíduos e todos os tipos de vida animal e vegetal. Podem ser incluídas nessa definição também, as construções feitas pelo homem: cidades, monumentos históricos, sítios arqueológicos, além dos padrões de comportamento das populações, tais como, o folclore, o vestuário, a gastronomia e o modo de vida das comunidades.

Tecidas essas considerações, assinala-se que o turismo de qualidade pode tornar-se economicamente viável, na medida em que entrelace a proteção dos espaços à existência de uma infra-estrutura adequada oferecida aos clientes. Ora, se pelo lado da demanda a motivação “contato com a natureza” torna-se cada vez mais intensa, a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial importante (RUSCHMANN, 2004).

Essa relação, não pode ser diacrônica, o que seria necessário então, é encontrar o ponto de equilíbrio na ligação entre turismo e meio ambiente, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação.

O Estado através da aplicação das leis ambientais às coletividades dos lugares turísticos e outros agentes de seu desenvolvimento, deve contribuir equitativamente para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o fluxo dos turistas. Logo, o Estado e as

coletividades regionais são responsáveis por uma série de ações relacionadas à proteção do meio ambiente, seja ele utilizado para fins turísticos ou não (RUSCHMANN, 2004, p. 19-34).

Entretanto, Pigram (1990, p. 7), assinala que:

O turismo sustentável tem o potencial de se tornar uma expressão tangível no desenvolvimento sustentável do turismo. Todavia, ainda corre o risco de permanecer inerte e irrelevante com opção política que seja viável para o mundo real do turismo, na medida que não ocorre a transferência efetiva das idéias para a ação.

Considerando-se o exposto, o que se pode perceber no mundo globalizado, é que o turismo ligado à sustentabilidade do meio, ainda tem sido utilizado, pela maioria dos agentes econômicos e dos responsáveis pelas políticas de turismo, como um pano de fundo para ocultar a lógica – que impera - do consumo desordenado dos espaços e da depredação dos recursos, sobretudo, os naturais.

Por conseguinte, zelo com a população local, políticas sérias de estímulo, planejamento e gestão dos espaços, se constituem inegavelmente como princípios basilares para que o turismo se constitua em uma alternativa de preservação do meio ambiente e conseqüentemente, se transforme numa estratégia para o desenvolvimento local.

3.4.2 Planejamento Turístico e a Inserção da População Local

Com a utilização do termo *população local*, será dada maior atenção à população original, considerando seu caráter referencial no que tange aos impactos socioculturais do turismo. Portanto, ao se destacar a população original, tem-se a intenção de ressaltar a necessidade de se discutir os caminhos que a atividade tem traçado em relação à inserção desta população no processo do desenvolvimento turístico (BENI, 2001, p. 83).

Para iniciar-se a presente reflexão ressalta-se que, para o exercício de sua cidadania, devem ser assegurados alguns direitos aos indivíduos, entre os quais, o seu acesso ou inclusão nas iniciativas de participação e controle. Tal inclusão advém da

insatisfatória atuação do Estado na solução de problemas sociais decorrentes do processo de ocupação turística.

Para Silveira (2001, p. 135), “somente com a participação efetiva e democrática das comunidades locais, e também a execução do planejamento sustentável e da gestão territorial integrada, é que o turismo pode constituir-se numa valiosa ferramenta para ajudar no desenvolvimento regional e local.”

Com efeito, observa-se que a participação da população local parte, primeiramente, do reconhecimento de que esta, invariavelmente, não está inserida na divisão dos benefícios advindos da atividade, sendo vítima de conseqüências adversas e, do reconhecimento da contribuição que estas populações, seus costumes e modo de vida propiciam para a experiência turística.

A opinião da população local sobre eventuais mudanças que ocorrem em sua localidade, permitirá realizar uma forma de planejamento turístico voltado à qualidade de vida da população e a organização adequada de seu espaço, colaborando na sua conservação.

Nesse sentido, o senso comum deve ser valorizado, principalmente quando a resposta está sendo buscada localmente. As soluções encontradas por pessoas simples, muitas vezes são as mais adequadas para as necessidades. Isso refere-se particularmente ao planejamento urbano e rural, como decidir como intervir num local sem conhecer as necessidades e interesses do usuário direto.

Recorrendo-se aos pensamentos de Silveira (2002, p. 96-97), assinala-se que a participação da população local é um pressuposto decisivo para o planejamento da atividade turística:

Há distinção entre participação ampla em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle de ações de desenvolvimento, e a simples manipulação de recursos humanos para implementação de projetos, programas ou planos concebidos de fora e impostos à população de forma mais ou menos autoritária.

Portanto, o planejamento turístico deve primar pelo favorecimento da população local, que estando capacitada e conhecendo as potencialidades de seu território, pode

utilizá-lo de forma adequada, aumentando seus rendimentos financeiros e valorizando a imagem de sua localidade. Dessa forma, o planejamento deve ser participativo, ou seja, aquele negociado junto à população dos destinos turísticos seja através da representatividade desta em órgãos consultivos da estrutura oficial do turismo ou por algum tipo de mecanismo de diálogo entre poder público e população local (oficinas, ouvidorias, estudos junto às populações anfitriãs).

Deve-se destacar que o planejamento participativo aqui abordado, não deve ser entendido como representatividade de grupos hegemônicos locais, mas sim, da maioria dos agentes da população, oferecendo oportunidades de inclusão também para aqueles que habitavam o núcleo turístico anteriormente ao desenvolvimento da atividade.

Tais considerações levam a constatar-se que a deficiência da representatividade do Estado perante os interesses da população em geral, implica a necessidade de uma postura pró-ativa por parte da sociedade civil organizada. Dessa maneira, é veemente a necessidade de transpor a política segundo a qual tudo provém do governo para uma política de participação na sociedade. A postura da população diante do Estado deve ser ativa organizando-se para fazê-lo funcionar, não tentando substituir o seu papel, libertando-o de suas responsabilidades, caso contrário, o destino destas localidades permanecerá à mercê da boa vontade política dominante.

Seguindo essa reflexão, assinala-se que a atividade turística inegavelmente pode gerar impactos econômicos, socioculturais e sobre o meio natural, dependendo da intensidade e modalidade de sua prática. Os efeitos provenientes dessa atividade serão inevitavelmente favoráveis ou desfavoráveis ao meio natural e à população local.

O bem estar social da população da área de destino não pode ser considerado como despesa, e sim como investimento, pois do contrário, estaria levando à exclusão da mesma. O turismo tem enorme capacidade de promover mudanças sociais significativas num espaço relativamente reduzido de tempo e possibilitar o contato de culturas distintas pode contribuir para essa perda (disponível em: www.estudosturisticos.com.br, acesso em: 30/ago./2005).

Estrategicamente, a inserção da população local é fundamental para a atividade turística, devido à relação intrínseca que deveria existir entre desenvolvimento social e desenvolvimento turístico. Lessa (2004) destaca que o desenvolvimento social de uma comunidade é um elemento importante como fator de atração do ponto de vista turístico, pois a cordialidade, acessibilidade e tranquilidade serão características favoráveis para atrair o interesse e a curiosidade dos visitantes.

Diante do exposto, fatores como as condições sociais e as suas repercussões se apresentam extremamente relevantes ao desenvolvimento do turismo, podendo servir como estímulo ou inibição ao fluxo turístico (LESSA, 2004).

Imprime-se, portanto, a visão, de que o desenvolvimento de planos e programas estratégicos deve primar pela adoção de um modelo de desenvolvimento turístico que não esteja direcionado tão somente ao atendimento dos desejos do turista (visando aspectos econômicos da atividade) e não seja balizado na cópia de modelos externos a essas localidades, trazidos por agentes estranhos a ela e que passam a explorar o território, dessa forma poderá contribuir como vetor para o desenvolvimento local.

4. UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO: o território e o turismo

Nesta seção abordou-se num primeiro momento a caracterização geográfica (configuração territorial, a caracterização sócio-espacial) e o contexto histórico de formação das cidades de União da Vitória e Porto União.

Posteriormente, identifica-se, apresenta-se e analisa-se simultaneamente, os principais recursos turísticos (atrativos, infra-estrutura, equipamentos e serviços turísticos) existentes nos municípios. O Professor Miguel Bahl (2004, p. 85) faz um comentário interessante nesse ponto, afirmando que:

Para que um município possa beneficiar-se do turismo como atividade econômica e de lazer, parte-se da premissa que necessita de um patrimônio constituído de atrativos turísticos (bens naturais e culturais), instalações, equipamentos, serviços, infra-estrutura básica e de acessos e ordenação jurídico-administrativa.

4.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área urbana do Município de União da Vitória/PR ao sul é encaixada nos meandros do rio Iguaçu, importante afluente do rio Paraná, e forma um aglomerado urbano contíguo com a área urbana do município de Porto União/SC como pode-se verificar no FIGURA 2 e no MAPA 1 e 2. As cidades são separadas apenas pelas linhas da via férrea, as quais servem de limite geográfico entre os Estados do Paraná e Santa Catarina nesta porção do território como se pode verificar na FIGURA 1. Os dois municípios encontram-se totalmente inseridos na bacia hidrográfica do rio Iguaçu, no seu médio curso. Esse rio além de ser importante no contexto físico-ambiental, cultural e econômico das duas cidades, também é um marco natural para a divisa dos estados acima citados.

União da Vitória localiza-se na mesorregião sudeste do estado do Paraná, Microrregião de União da Vitória e tem como municípios limítrofes: Cruz Machado, ao norte;

Paulo Frontin, Paula Freitas, a leste; Porto Vitória, Bituruna a oeste e; Porto União – SC, ao sul. Tem grande importância no contexto regional estando integrada aos principais eixos econômicos da região e do País (sul, sudeste e Mercosul) através do entroncamento rodoviário formado pelas BR 153, BR 476 e pela BR 280, esta última através de Porto União. União da Vitória pode ser considerada em relação aos seus municípios limítrofes como uma cidade pólo regional. Porto União, localiza-se na região norte catarinense tendo como limítrofes, os seguintes municípios: ao norte, União da Vitória/PR e Paula Freitas/PR; ao sul, Matos Costa/SC e Timbó Grande/SC; a leste, Irineópolis/SC; e a oeste, os municípios de Porto Vitória/PR e General Carneiro/PR (CONHECENDO PORTO UNIÃO CIDADE AMIGA, 2004).

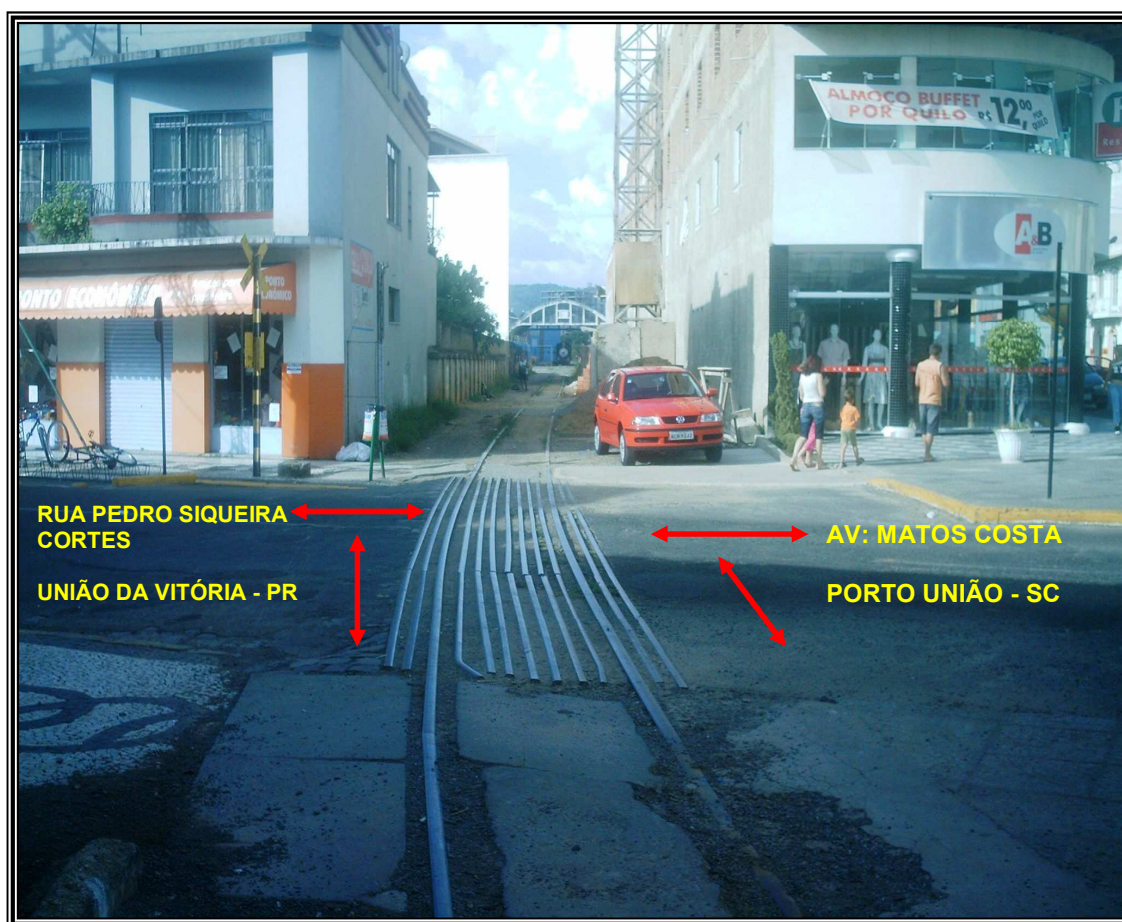
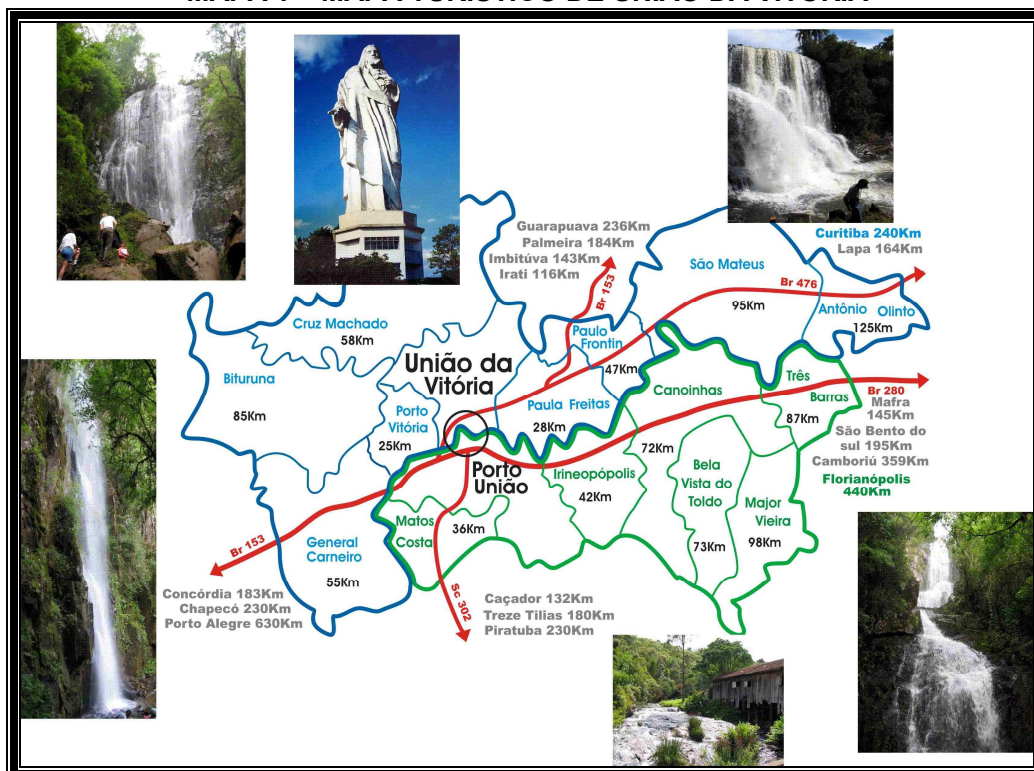


FIGURA 1 – Linha Férrea que separa os Municípios de União da Vitória – PR e Porto União – SC.
Fonte: MELLO, 2007.

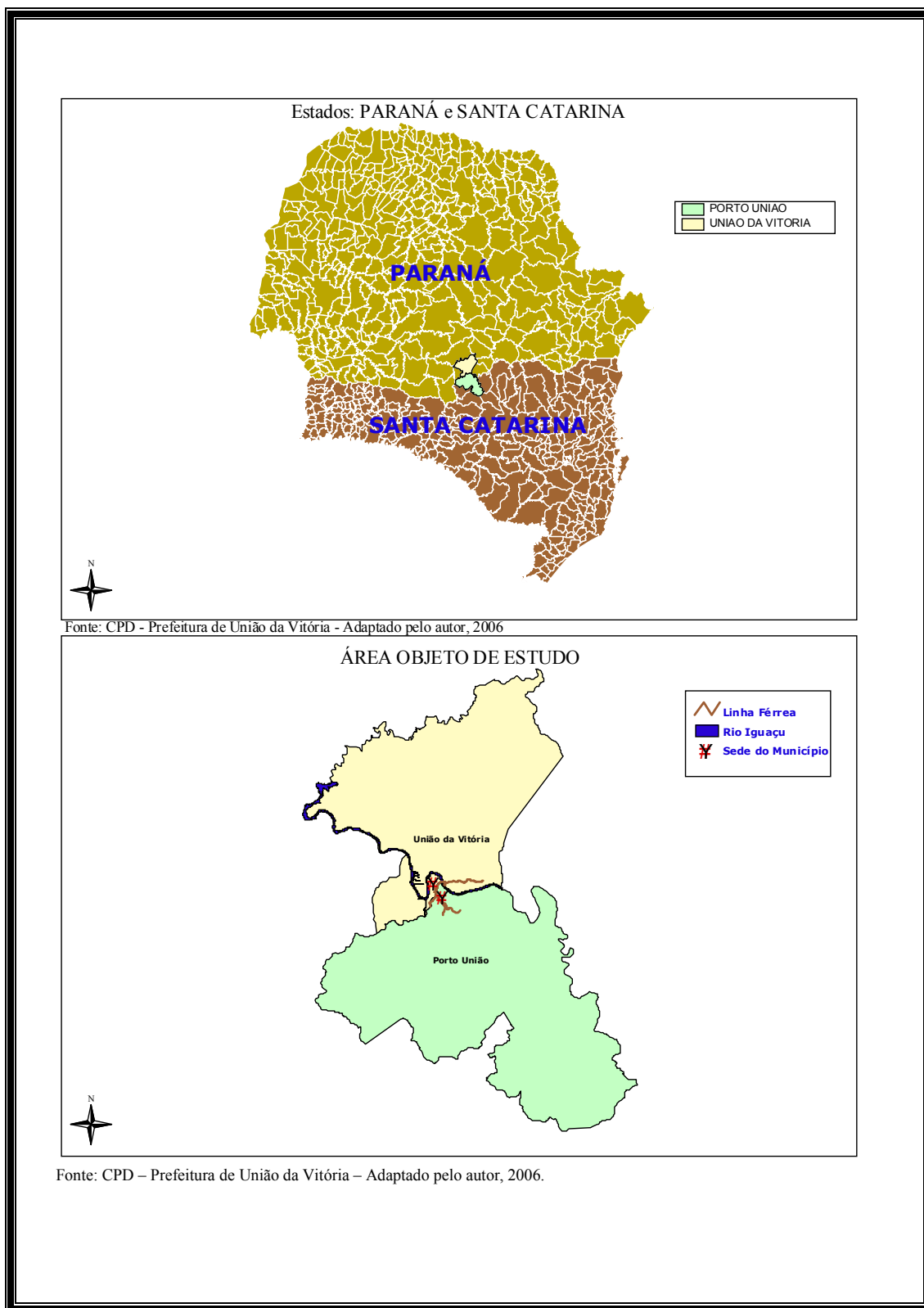


FIGURA 2 - Vista Aérea Parcial das Cidades de União da Vitória/PR e Porto União/SC
 Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de União da Vitória, 2005.

MAPA 1 – MAPA TURÍSTICO DE UNIÃO DA VITÓRIA



Fonte: Guia Turístico e Cultural Paraná Terra dos Pinheirais – ADECSUL, 2006.

MAPA 2 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA OBJETO DE ESTUDO

4.2 ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS, SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA ÁREA DE ESTUDO

As extensões territoriais dos municípios de União da Vitória e Porto União são respectivamente de: 713,565 km² (IPARDES, 2006) e 851,239 km² (IBGE, 2000). A altitude média na qual os municípios encontram-se é de 752 m de altitude (IPARDES, 2006).

No tocante as características climatológicas, ambos os municípios situam-se numa região onde há a predominância do Clima Subtropical Mesotérmico Úmido (Cfb - de acordo com a classificação de Vladimir Köppen). A temperatura média anual gira em torno dos 23°C não existindo uma estação seca.

Salienta-se que nos meses mais frios podem ocorrer temperaturas negativas, formando uma fina camada de gelo, conhecida como geada. Uma média mensal de precipitação pluviométrica de 115 mm associada à umidade relativa do ar de 76% (média anual) ocasiona durante os meses mais frios, a formação de forte neblina e a vulgarmente conhecida como “geada preta²”. Esta geada é bastante conhecida pelos agricultores por causar danos às lavouras (CONHECENDO PORTO UNIÃO CIDADE AMIGA, 2004; disponível em: www.pmuniaodavitoria.com.br. acesso em: 09/out./ 2006).

Quanto ao relevo, no Estado do Paraná, podem ser delineadas com base em sua configuração topográfica, cinco grandes paisagens naturais: o Litoral, a Serra do Mar, o Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba, o Segundo Planalto de Ponta Grossa e o Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava (MAACK, 2002). O município de União da Vitória abrange partes do segundo e terceiro planalto ocupando o extremo sul dos mesmos, entre o rio Iguaçu e a Serra da Esperança. Quanto ao O município de Porto União ocupa parte do extremo norte do Planalto Catarinense, entre o Rio Iguaçu e a Serra da Esperança.

A cobertura vegetal da microrregião do médio Iguaçu, na qual insere-se os municípios de Porto União e de União da Vitória, caracteriza-se em sua grande maioria pela Floresta Ombrófila Mista, ou seja, Mata de Araucária. Somam-se a ela as espécies arbóreas: Imbuia, Cedro Rosa, Erva-mate, Caúna, Eucalipto, Canela guiacá, Bracatinga.

² Esta forma de geada não é aparente devido ao excesso de umidade.

Concomitante à vegetação nativa e muitas vezes concorrendo de forma desleal, encontram-se intensa atividade agrícola, áreas de pastagens e arcas de reflorestamentos, principalmente de “pinus” e eucaliptos (CONHECENDO PORTO UNIÃO CIDADE AMIGA, 2004).

A população das duas cidades de acordo com os dados censitários do IBGE (2000) era de 48.522 em União da Vitória e de, 31.858 em Porto União. O grau de urbanização das duas cidades está na faixa dos 85%. A população é composta na sua maioria por descendentes de alemães, espanhóis, italianos, poloneses, portugueses, sírio-libaneses, suíços, ucranianos. Muitas das tradições e costumes do lugar, inclusive festas e comemorações locais, tem origem na preservação da identidade e da cultura dos seus colonizadores.

No que diz respeito à Educação, os dois municípios destacam-se nos cenários dos seus respectivos Estados. As duas cidades possuem um índice de analfabetismo próximo de 0% (zero). Sendo assim, são consideradas como referências e polarizadoras regionais na área da Educação. No contexto atual, contam com quatro Unidades de Ensino Superior.

Segundo informações obtidas junto às Secretarias Municipais de Indústria e Comércio das Prefeituras de União da Vitória e de Porto União, a economia local gira em torno do setor industrial, principalmente o baseado na transformação da madeira. Juntas, respondem por 18,6% da produção nacional de portas e janelas (CONHECENDO PORTO UNIÃO CIDADE AMIGA, 2004).

Entretanto, devido à aplicação de leis ambientais mais rígidas sobre a extração vegetal e pela própria extinção de algumas espécies outrora utilizadas como matéria-prima, esse setor tem sofrido um constante enfraquecimento.

As áreas para culturas representam cerca de 30% do total dos municípios, sendo os principais produtos agrícolas o milho, feijão, fumo, mandioca e erva-mate. Todavia, a composição geomorfológica desfavorável aliada às características de pouca fertilidade dos solos corroboram para que a agricultura não seja o ponto forte na economia local (PREFEITURAS MUNICIPAIS DE UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO, 2006).

Na pecuária, destacam-se a criação de gado de corte e leiteiro e a apicultura, esta última, apesar de possuir apenas uma empresa representante, pode ser considerada como referencial no segmento em termos regionais.

No que se refere à economia do setor terciário, os dois municípios são completamente interdependentes e juntos são considerados como polarizadores de vários municípios menores da região, para os quais representam um ponto de referência em um grande conjunto de demandas do comércio e de serviços, com destaque para a atividade do comércio varejista de artigos do vestuário, de móveis e eletrodomésticos como principal segmento urbano não industrial.

O setor de serviços está evoluindo paulatinamente no decorrer do tempo, entretanto, devido à deficiência que apresenta no que tange à qualificação de mão-de-obra, ainda caminha a curtos passos (PORTO UNIÃO; UNIÃO DA VITÓRIA, 2006).

No tocante à atividade turística - segundo a Coordenadoria Municipal de Turismo de União da Vitória -, a área de estudo apresenta-se com um elevado potencial para o desenvolvimento da mesma, porém, não é vista, tanto pelo setor privado, quanto pela comunidade local como importante atividade econômica.

À luz dos aspectos apresentados até o momento, observa-se que, ao nível acadêmico, realizar-se um estudo em um só dos municípios, derivaria apenas em resultados e conclusões paliativos. A similaridade e a interdependência existentes entre as duas cidades foram separadas apenas por uma linha tênue, a mesma linha (da via férrea) separa o território dos dois estados, de um lado Santa Catarina, do outro o Paraná. Ao Norte em território paranaense repousa União da Vitória, ao Sul a catarinense Porto União. Apenas as linhas da via férrea limitam hoje duas realidades, duas que já foram uma. Como dois lados de uma moeda, as chamadas “gêmeas do Iguaçu” se complementam, provocando curiosa convivência ignorando as fronteiras, os moradores têm seu cotidiano dividido pela ferrovia que transforma as cidades em duas metades.

Seria contraproducente, deixar de fazer algumas alusões acerca da história dos municípios investigados, pois esta se constitui como fator basilar no processo da construção

histórica do território Porto União Vitoriense. Se por um lado, atualmente os trilhos da linha férrea separam político-administrativamente a área urbana dos dois municípios, por outro, não desvinculam nem a cultura, muito menos, a economia local. Partindo dessas premissas, destaca-se alguns aspectos históricos acerca da origem dos municípios, que no passado já foram somente um.

4.3 APONTAMENTOS HISTÓRICOS DE PORTO UNIÃO E DE UNIÃO DA VITÓRIA

União da Vitória surgiu no caminho das tropas que cruzavam o sul do País no século XIX. Em 1842, os tropeiros descobrem a passagem do rio Iguaçu, onde o gado poderia atravessar sem passar pelos campos de Guarapuava. A descoberta do vau do Iguaçu, lugar onde a pedra aflora, encurta o caminho entre Palmas e Palmeira antes de chegar a Sorocaba, cidade do interior paulista onde o gado era negociado (SILVA, 2006).

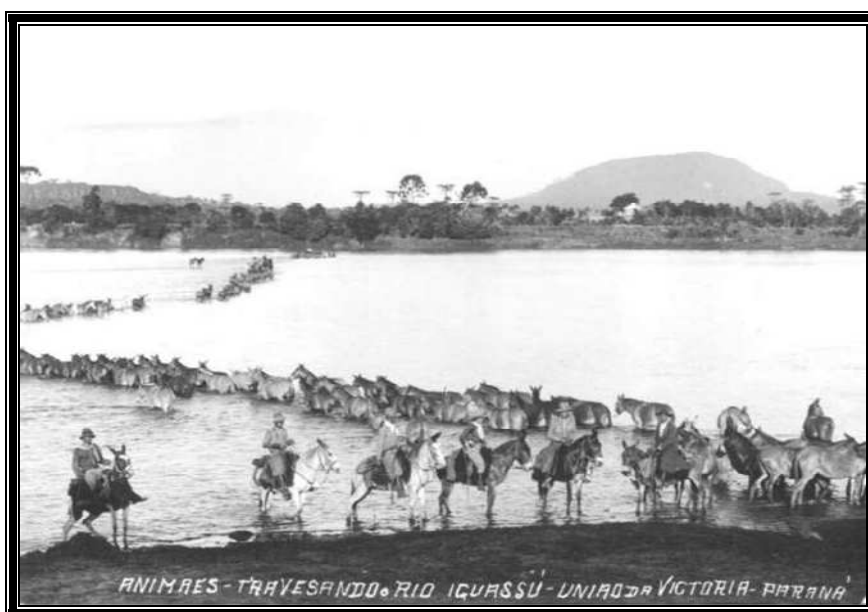


FIGURA 3 – Passagem do Vau no Rio Iguaçu.
Fonte: Acervo particular do autor, 2005.

Às margens do rio nascia Porto União da Vitória, mais tarde transformada em União da Vitória com a Guerra dos Contestado (1912 – 1916). União da Vitória foi ponto de abastecimento e organização das tropas federais nessa Guerra, além de abrigar os redutos de resistência cabocla em que ocorreram os mais sangrentos combates (SILVA, 2006).

Em 1916, os Estados firmaram um acordo de limites, no qual o Paraná cedeu parte do território de União da Vitória para o Estado de Santa Catarina que criou em 1917, Porto União. Separadas por trilhos e pelas águas do Iguaçu, as cidades compartilham a instigante história de sua formação. Duas cidades, duas igrejas matrizes, duas prefeituras e uma riqueza em comum. Tanto a natureza presenteou a região com as dezenas de cachoeiras formadas pelos principais afluentes do rio Iguaçu, como o homem coloriu o lugar de povos e culturas diversificadas como a dos ucranianos, italianos, alemães, suíços, poloneses, sírio-libaneses e índios. Essa união gerou as cidades uma repleta riqueza no que se refere às tradições, folclore e cultura (GUIA TURÍSTICO E CULTURAL DO PARANÁ, 2005. p. 76-78).

Assinala-se, portanto, que não há como separar-se os municípios de União da Vitória e Porto União, quando a intencionalidade é a de promover uma análise baseada no território, especialmente, quando essa perspectiva recai sobre o estudo da viabilidade da implantação do turismo como alternativa para o desenvolvimento local, pois, passado e presente se confundem na história e complementam-se a todo momento.

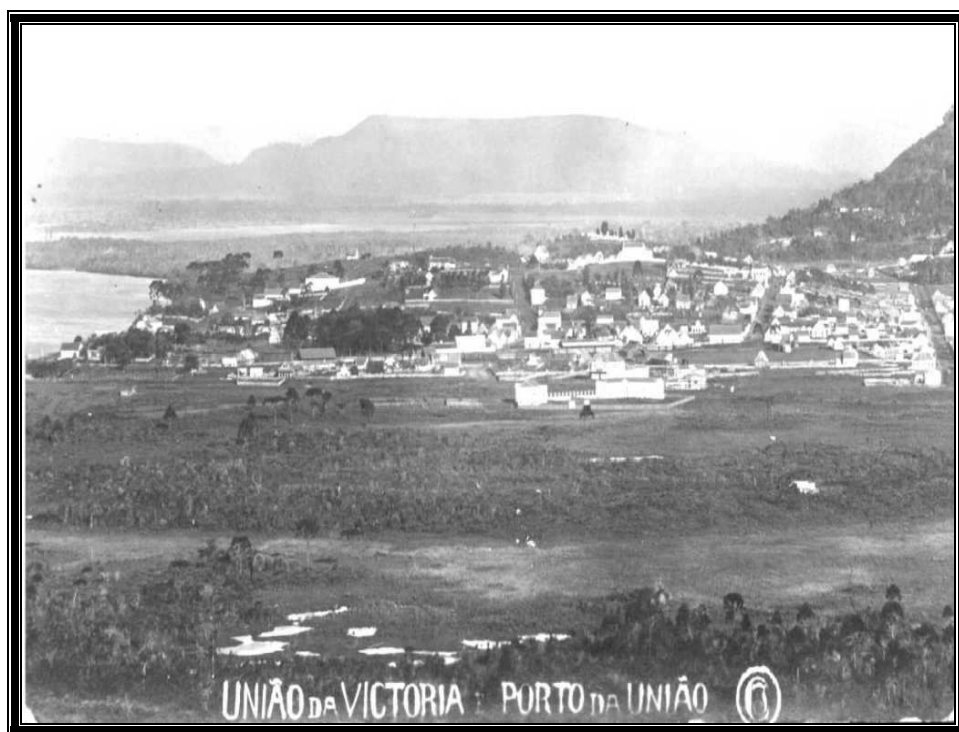


FIGURA 4 - Início do Povoamento das Cidades Gêmeas.
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de União da Vitória.

4.4 IDENTIFICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS DA ÁREA DE ESTUDO

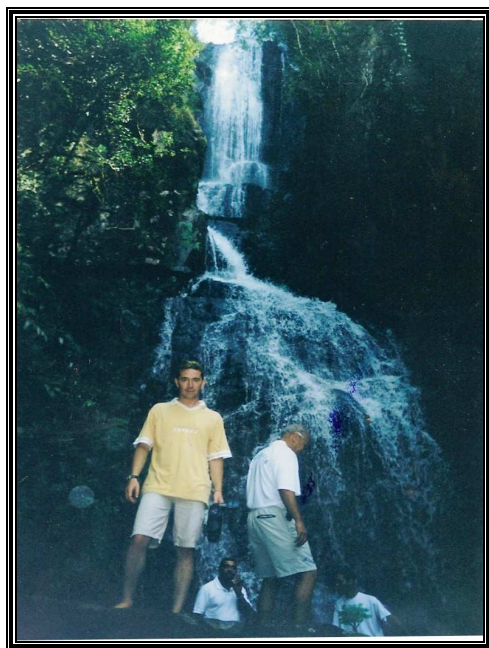
Como se mencionou nas orientações teórico-metodológicas, em busca de material que pudesse operacionalizar esta fase do trabalho, foram realizadas pesquisas exploratórias de observação em campo (fotografias), aplicação de questionários, bem como, consultas nos acervos histórico e contemporâneo das Secretarias Municipais de Turismo da área abrangida pela investigação. Dessa forma, serão identificados e analisados, os principais recursos: i - atrativos, ii - infra-estrutura, iii - equipamentos e serviços turísticos referentes à área de estudo.

4.4.1 Atrativos Turísticos Naturais

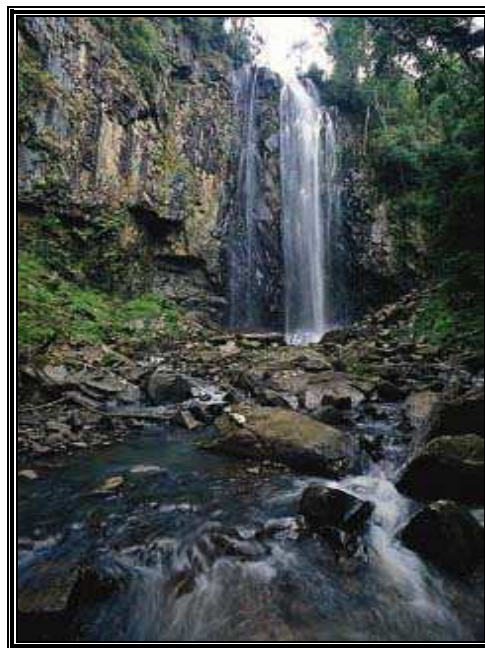
Barreto (2001, p. 40) menciona que, os atrativos turísticos naturais são aqueles que não sofreram intervenção do homem. União da Vitória e Porto União, destacam-se por possuírem uma paisagem bem diversificada no que se refere aos aspectos naturais, pois, o relevo acidentado da região possibilitou a formação de vários morros, grutas e principalmente, de um grande potencial hídrico, composto por uma infinidade de rios, córregos e arroios, que se espriam por toda a sua área. Todo esse potencial pode beneficiar o surgimento de recantos, áreas para a prática de turismo esportivo, de aventura, ecológico, rural, entre outros.

Os dois municípios são totalmente cortados por diversos rios e devido a suas topografias acidentadas e irregulares, ambos foram privilegiados com a formação de um grande número de cachoeiras, que segundo levantamento realizado pelas prefeituras, ultrapassa duzentos. Devido a toda essa diversidade, as cachoeiras ilustradas na seqüência foram selecionadas como amostragem de toda essa beleza natural, a qual pode ser explorada, principalmente por já constarem em guias da Coordenação de Turismo, por serem as mais conhecidas pela população local e por já receberem certo fluxo regular de visitantes.

Cintura de Noiva



Campo Alto



Da Gruta



Das Bromélias

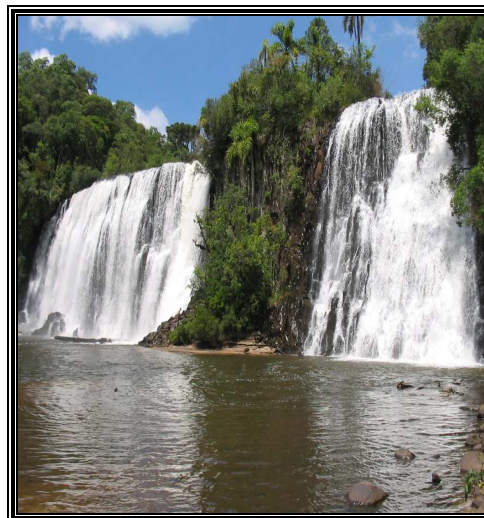


FIGURA 5 – Cachoeiras de Porto União e União da Vitória.
Fonte: MELLO, 2005.

Percebe-se pelas imagens apresentadas na FIGURA 5, que existem alguns espaços no meio natural - apesar de todos os problemas e dilemas ocasionados ao meio ambiente, sobretudo, decorrentes do processo de Globalização, especialmente com a

ocorrência da chamada explosão demográfica no pós II Guerra Mundial com o processo crescente de modernização tecnológica e informacional -, ainda encontram-se praticamente intocados. Estes merecem atenção redobrada dos planejadores no que tange a sua conservação.

Portanto, quando a finalidade é analisar-se a implantação da atividade turística nesse meio com a finalidade de explorá-lo de forma “sustentável”, faz-se necessário realizar uma ação reflexiva sobre os efeitos que esta poderá causar ao meio ambiente.

Quanto à visitação das cachoeiras em União da Vitória e Porto União pelos turistas, assinala-se através de observações realizadas na pesquisa de campo, que até o momento, a mesma vem sendo realizada sem a devida adequação para exploração desse potencial. Para que os efeitos negativos desse contanto não sejam prejudiciais à flora e fauna existentes, e principalmente aos mananciais que as formam, um estudo ambiental deve ser orientador desse processo, pois a atividade turística perene depende da conservação desses recursos de uma forma sustentável.

A utilização inadequada desses recursos pode levar ao esgotamento dos mesmos, além do declínio ou mesmo a inviabilidade na implantação da atividade, gerando dessa forma, uma imagem negativa dos municípios (RUSCHMANN, 2004).

Inserido neste contexto, destaca-se também o meio rural, como importante recurso (turístico) a ser utilizado. Contudo, a grande maioria dos proprietários de áreas particulares, sobretudo, onde localiza-se a maioria das cachoeiras, não acreditam que o turismo, possa se constituir como uma atividade capaz de lhes trazer um lucro imediato, o que não os deixa despertar o interesse, tampouco pensar em investir na atividade.

Finalizando-se esse item, o rio Iguaçu, que tem grande parte do seu curso navegável, apresenta considerável potencial turístico, porém ainda inerte, podendo ser aproveitado por várias modalidades de Turismo, como o fluvial, o náutico, o de pesca, o de lazer, o de aventura, o técnico-científico, entre outros, pois apresenta uma gama de recursos neste sentido. A imagem negativa do rio Iguaçu nesse local, com relação às enchentes recorrentes deve ser trabalhada no intuito de desmistificá-la.

4.4.2 Atrativos Histórico-Culturais

A história e a cultura dos municípios são muito ricas, latentes e podem ser visualizadas através dos seus edifícios históricos, imagens e outros pontos de visitação, entre os quais, destacam-se alguns como a Estação Ferroviária, as Igrejas, o “Castelinho”, as fachadas de edificações residenciais e comerciais construídas anteriormente a década de 50 do século passado, a imagem do Sagrado Coração de Jesus – localizada no Morro do Cristo -, o Chafariz Luminoso, o construção do Portal Turístico na entrada de Porto União, a Ponte Manoel Ribas, conhecida também como Ponte dos Arcos. Estes se constituem em importantes marcos que podem ser visualizados nos centros urbanos de ambas as cidades.

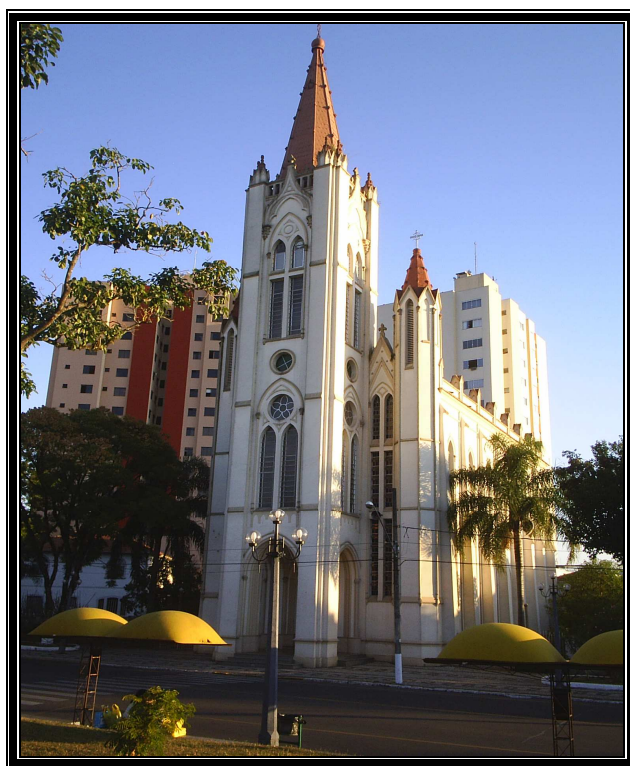


FIGURA 6 - Catedral Sagrado Coração de Jesus – União da Vitória.
Fonte: MELLO, 2006.

A Catedral Sagrado Coração de Jesus tem significado histórico-político. Foi construída pelo Governo, a título de indenização pela perda de parte do território do município para o estado de Santa Catarina ao fim da Guerra do Contestado. Localiza-se na Praça Coronel Amazonas no centro da cidade.



FIGURA 7 - Matriz São Basílio Magno – União da Vitória.
Fonte: MELLO, 2006.

A igreja Matriz São Basílio Magno foi a primeira Igreja do rito ucraniano católico de união da Vitória, construída em 1902 e reformada em 1988. Possui arquitetura que conjuga os estilos bizantino e moderno. No seu interior figuras sacras pintadas a óleo. No altar há uma réplica da Igreja em madeira, mantendo viva a tradição arquitetônica da Europa Oriental. Localiza-se na Rua Marechal Deodoro 1065.



FIGURA 8 - Ponte Manoel Ribas – União da Vitória.
Fonte: Acervo particular do autor, 2004.

Construída sobre o Rio Iguaçu no final da Avenida Interventor Manoel Ribas (mesmo nome atribuído a ela) e inaugurada em 1944, é a primeira ponte rodoviária da cidade. Também conhecida como Ponte Nova ou Ponte dos Arcos.

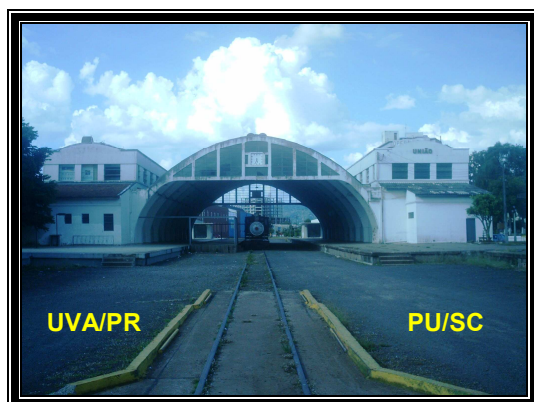


FIGURA 9 - Estação Ferroviária – União da Vitória/PR – Porto União/SC.
Fonte: MELLO, 2007



FIGURA 10 – Festa das Etnias na Estação Ferroviária – União da Vitória/PR – Porto União/SC.
Fonte: Coordenadoria Municipal de Turismo de União da Vitória – PR, 2005.

Considerada como uma obra artística de arquitetura, a Estação Ferroviária constitui-se de dois corpos iguais, um em União da Vitória e outro em Porto União, ligados de modo a formar uma grande abóbada em arco. Foi construída em 1942 para servir dois estados, Paraná e Santa Catarina. Sua função quando construída, era para o transporte de cargas, encomendas e passageiros (disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br, acesso em: 02/fev./2007).

Após desativação da ferrovia já há alguns anos, adquiriu “novas funções”. Atualmente, é utilizada para realização de eventos e festas típicas, como a Festa das Etnias e vários outros eventos de cunho sócio-cultural. Serve também, para o traslado de passeios turísticos com a locomotiva “Maria Fumaça 310” e sua composição de vagões.



FIGURA 11 - Maria Fumaça 310 – União da Vitória/PR e Porto União/SC.
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de União da Vitória, 2004.

Construída em 1913 nos Estados Unidos, a Maria Fumaça serviu à rede viação Paraná - Santa Catarina. A Maria Fumaça é símbolo marcante da era Ferroviária e foi doada em 1973 às cidades de Porto União/SC e União da Vitória/PR. No ano de 2002, com a restauração da Estação Ferroviária e as reformas realizadas na locomotiva (Maria Fumaça 310), através de uma parceria respectivamente firmada entre, União, Estado (Paraná) e Município (União da Vitória), esta, passou a ser utilizada, sobretudo, nos finais de semana do período do verão, para passeios turísticos.

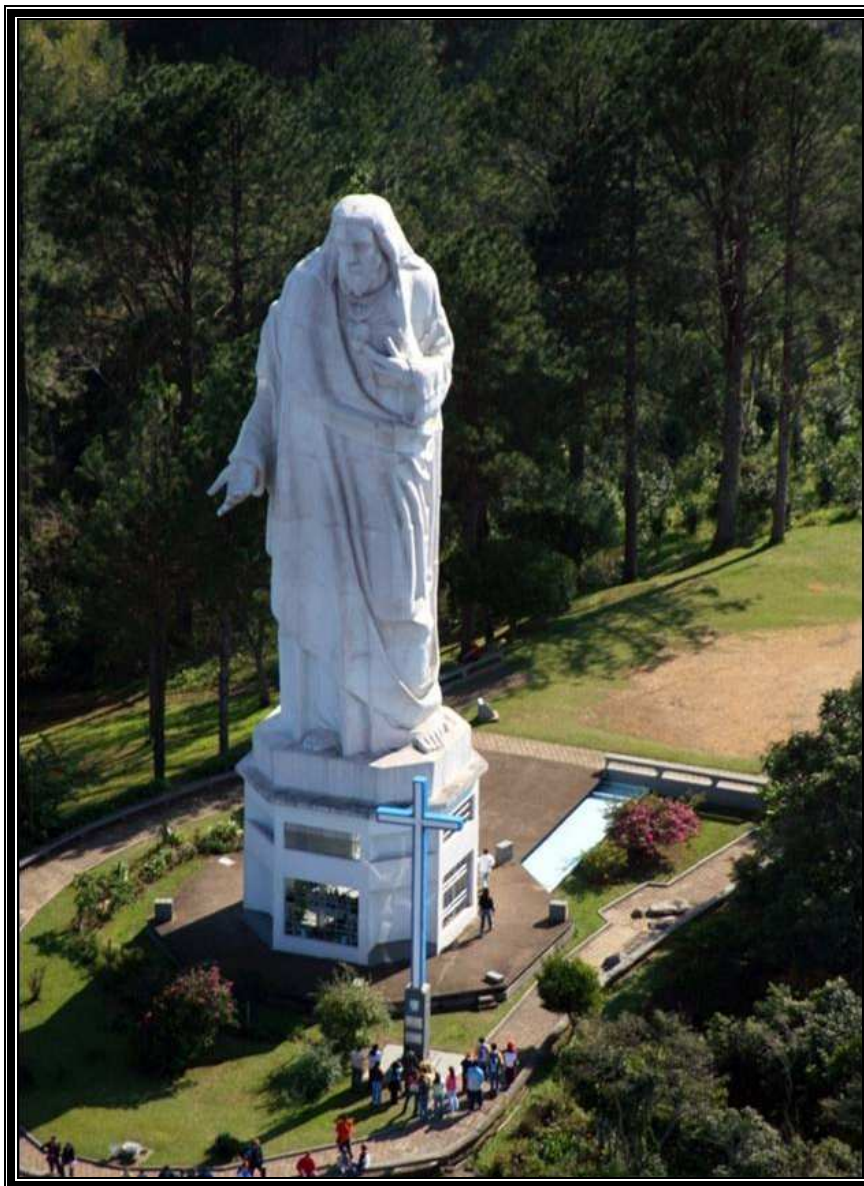


FIGURA 12 - Estátua do Sagrado Coração de Jesus – União da Vitória.
Fonte: Coordenadoria Municipal de Turismo de União da Vitória/PR, 2006.

Localizada no ponto culminante de um dos mais altos morros que cercam o município de União da Vitória, a cerca de 928 metros acima do nível do mar, está a Estátua do Sagrado Coração de Jesus, padroeiro do Município, inaugurada em 1968.

Pode ser acessada por uma escadaria de 224 degraus, tem 27 metros de altura e está fixada em um pedestal de 6 metros, totalizando 33 metros, toda em concreto, oferece uma magnífica vista das “cidades gêmeas” do Iguaçu, que se espalha por entre montanhas, compondo a paisagem típica desta região do Paraná e Santa Catarina. É um dos únicos pontos que possui um registro (livro de assinatura) da demanda anual de visitantes.

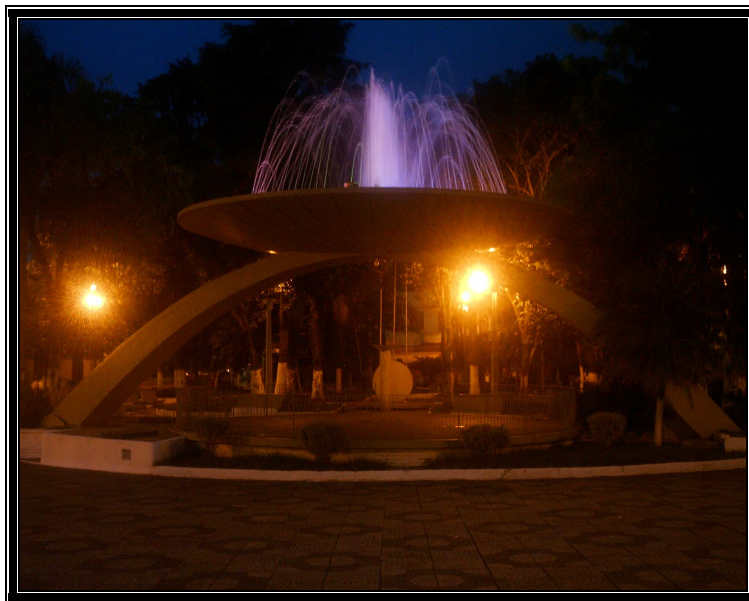


FIGURA 13 - Chafariz luminoso de Porto União.

Fonte: MELLO, 2007.

O chafariz luminoso localiza-se na Praça Hercílio Luz, no centro de Porto União. É marco histórico do cinquentenário de emancipação de Porto União, 02/09/1967. Todas as noites ele é ligado e pode ser vislumbrado pela população local e pelos visitantes.



FIGURA 14 - Portal Turístico de Porto União/SC.

Fonte: MELLO, 2006.

O Portal Turístico da cidade de Porto União foi inaugurado no ano de 2003, funciona ao lado restaurante com gastronomia variada, servindo todos os dias da semana café colonial e pratos típicos da região, inclusive domingos e feriados.

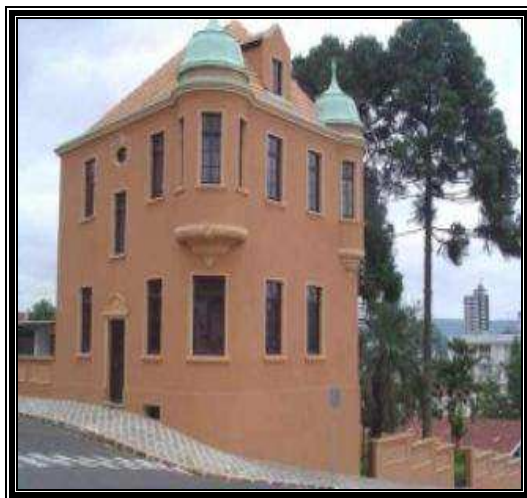


FIGURA 15 - Castelinho, bem tombado pelo Patrimônio Histórico, construído 1928/1929. Fonte: MELLO, 2006.

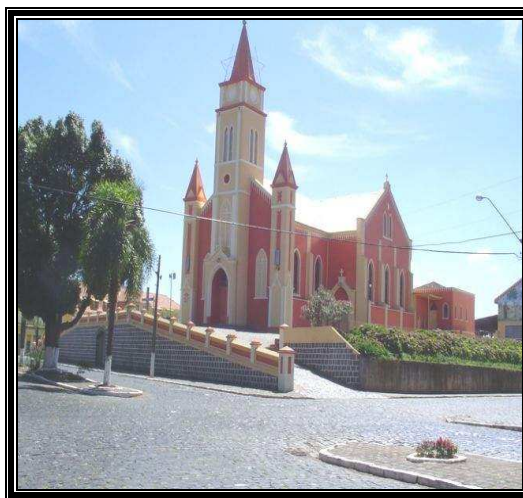


FIGURA 16 - Igreja Matriz de Porto União. Fonte: Acervo particular, 2004.

No município de Porto União encontram-se ainda, dois museus abertos ao público, para visita diária através de agendamento:

- *Museu Municipal Prefeito Salustiano Costa Junior* - A herança cultural das cidades também é preservada neste local. Além de periódicas exposições de temas atuais como a Ecologia, o visitante pode encontrar um rico acervo de peças dos colonizadores sírios, libaneses, alemães, ucranianos, poloneses e italianos, além de objetos etnográficos. Criado em 1963, o museu fica na Rua Prudente de Moraes, no centro de Porto União.

- *Museu Rural Leovegildo Dalmas* - Moinho de cereais com roda d'água, que funciona atrás da casa do proprietário, conserva fotos e documentos dos pioneiros. O guia é o próprio proprietário. As visitas devem ser agendadas. Localiza-se no Distrito de São Miguel da Serra, Porto União, próximo à sede. Distante 26 km do centro.

Além dos aspectos apresentados até o momento, destaca-se também no contexto regional, a representatividade de algumas festas tradicionais das cidades, as quais têm a capacidade de atrair e movimentar um fluxo razoável de visitantes de toda região abrangida pelos municípios. Dentre as mais conhecidas e tradicionais, destacam-se duas: A Festa de São Pedro e São Paulo e a Bergbauernfest.

- *Bergbauernfest* – que significa: Festa dos Colonos da Montanha acontece no mês de novembro, na localidade do Maratá, a 15 km da área central de Porto União. Trata-se de uma festividade típica alemã, resgatando os costumes e as tradições germânicas.

- *Festa de São Pedro e São Paulo* - A festividade, que acontece no bairro São Pedro há 70 anos, possui como atração principal a elaboração de maneira artesanal da mais alta fogueira de lenha do país. A festa acontece no mês de julho com acendimento de uma fogueira menor e, posteriormente da maior, além disso, acontece um grande show pirotécnico que abrilhantam o acontecimento.



FIGURA 17 - Fotos da festa realizada na localidade do Maratá, interior de Porto União - *Bergbauernfest*.

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto União, 2005.

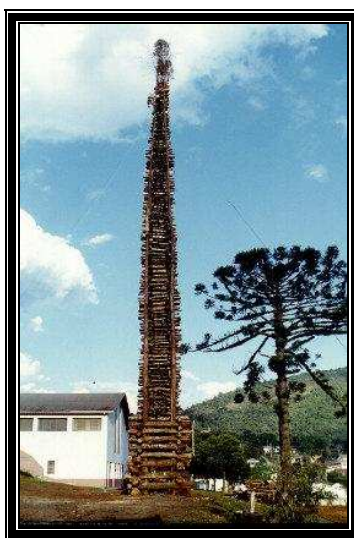


FIGURA 18 - Fogueira da Festa de São Pedro (70m de altura).

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto União, 2005.

4.5 ANÁLISE DA INFRA-ESTRUTURA LOCAL

Segundo Barreto (2001, p. 39) por infra-estrutura entende-se “a base material, o conjunto de edificações, obras e serviços públicos que garantem o mínimo conforto da vida urbana atual.”

União da Vitória e Porto União, contam com uma boa infra-estrutura de atendimento à população. De acordo com informações obtidas junto às Secretarias Municipais de Educação dos dois municípios, os mesmos possuem uma boa rede de escolas, o que traduz a preocupação na formação do cidadão e um índice de analfabetismo próximo de 0%. No Ensino Superior contam com quatro Instituições, oferecendo uma diversidade de opções de cursos em nível de graduação e Pós-graduação, recebendo, durante todo o ano letivo, alunos de diversos municípios vizinhos para estudar.



FIGURA 19 – Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras - FAFIUV
Fonte: MELLO, 2006.



FIGURA 20 – Universidade do Contestado - Núcleo Porto União
Fonte: MELLO, 2006.



FIGURA 21 – Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU
Fonte: MELLO, 2006.



FIGURA 22 – Centro Universitário de União da Vitória - UNIUV
Fonte: MELLO, 2006.

Na área de saúde, além de hospitais bem equipados (Hospital Regional, Hospital São Braz e APMI – Associação de Proteção a Maternidade e Infância) que oferecem diversas especialidades médicas, contam com um bom número de postos de atendimento tanto na área urbana, quanto na rural.

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR - atende o sistema de abastecimento de água que está dimensionado para atender quase à totalidade da população urbana, cerca de 99% dos dois municípios. O sistema de drenagem na área urbana necessita melhorias, pois verifica-se que após as chuvas, uma constante no município, o nível das águas em algumas regiões demora a baixar, ocasionando transtornos para a população e , principalmente para o trânsito.

No que tange à segurança pública, segundo informações obtidas junto ao comando das polícias militares de União da Vitória e de Porto União, bem como com os delegados das seccionais da polícia civil, os municípios contam com segurança ostensiva 24 horas. A maioria das ocorrências policiais é de pequenos furtos ou casos de embriaguez. Nas vias centrais das cidades é possível verificar o constante policiamento a pé ou em viaturas.

Quanto ao acesso, União da Vitória e Porto União estão situados num importante entroncamento rodoviário, entre as BR 153 e 476 no Paraná e BR 280 em Santa Catarina. No Quadro 6 apresenta-se uma síntese das vias de acesso às cidades de União da Vitória e de Porto União.

ACESSO	VIA
União da Vitória-Porto União / Joinville / Florianópolis	Br – 280
União da Vitória-Porto União / Curitiba	Br – 476
Porto União / União da Vitória	Municipal
União da Vitória-Porto União / sul e norte do país / Mercosul	BR – 153

QUADRO 1 – Principais vias de acesso rodoviário a União da Vitória e Porto União.
Fonte: MELLO, 2006.

O fato dos municípios estarem localizados em pontos estratégicos de entroncamento entre diversas rodovias que servem de ligação entre várias regiões, pode levar os mesmos a atuarem como centros aglutinadores e dispersores de fluxos turísticos, abrindo-se condições para o desenvolvimento dos serviços inerentes às atividades turísticas (BAHL, 2004).

Para melhor entendimento, exboça-se no Quadro 2 as principais distâncias para se chegar aos municípios de União da Vitória e de Porto União.

DISTÂNCIAS PARA CHEGAR EM	DISTÂNCIA (km)
Curitiba	237
Florianópolis	432
São Paulo	652
Porto de Paranaguá	330
Porto de São Francisco	346

QUADRO 2 – Principais distâncias de União da Vitória e Porto União.

Fonte: DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem; DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes, 2006.

Várias empresas trabalham no setor de transporte rodoviário, tais como, Reunidas, Estrela Azul, Princesa dos Campos, Pluma, oferecendo linhas regulares intermunicipais e interestaduais diárias aos usuários deste serviço.

O sistema viário urbano é muito confuso em determinados trechos, justamente na ligação central das duas cidades o tráfego fica congestionado nos horários de almoço e saída do trabalho. A sinalização das ruas é precária, carecendo de um maior número de placas indicativas.

No final do ano de 2006, implantou-se um sistema de estacionamento regulamentado em horário comercial nas áreas centrais das duas cidades durante os dias úteis da semana. A finalidade era de evitar-se, principalmente, o acúmulo de veículos de propriedade de pessoas que trabalham em empresas e órgãos públicos centrais e que

deixavam estacionados ociosamente seus veículos durante o dia todo no mesmo local (PORTO UNIÃO; UNIÃO DA VITÓRIA, 2006).

A princípio, a medida surtiu efeito positivo, porém, salienta-se que houve uma falha de planejamento, pois os *tickets* de estacionamentos são diferenciados (cores verde e azul) para União da Vitória e Porto União respectivamente, o que impede os usuários de utilizar-se destes, nos dois municípios simultaneamente. Entretanto, ressalta-se, que a empresa licitada responsável pelo serviço de fiscalização é a mesma.

No que diz respeito ao interior (área rural), após verificação *in loco*, pode-se observar que as estradas vicinais nos dois municípios apresentam uma grande deficiência, sendo praticamente inexistente a pavimentação e a sinalização das mesmas, o que torna bastante complicada a circulação pelos seus interiores, principalmente pela ocorrência constante de chuvas.

No constante ao transporte aéreo, União da vitória conta com um aeroporto localizado no Distrito de São Cristóvão que não opera com linhas regulares, funcionando somente para aviões de pequeno porte.

O transporte coletivo urbano destaca-se negativamente, pois, o qual deveria atender coletiva e indistintamente às duas cidades é realizado por duas empresas completamente distintas – empresa PIEDADE, em União da Vitória e empresa UNIÃO, em Porto União -, não havendo qualquer tipo de planejamento e/ou preocupação no sentido de integração desse meio de transporte.

A rede bancária é satisfatória, contando com as principais instituições (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, HSBS, ITAU, BESC). Todavia, somente o Banco Santander Banespa possui o atendimento denominado Banco 24 horas, o qual pode ser acessado por clientes de diversos bancos. Para a implantação da atividade turística, este serviço é importante, já que nem sempre as pessoas gostam de andar com muito dinheiro.

4.6 ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS

De acordo com as Secretarias Municipais de Indústria, Comércio e Turismo das municipalidades, a oferta dos meios de Hospedagem em União da Vitória e Porto União é deficiente. O número de leitos oferecidos entre, hotéis e pousadas existentes nos municípios não atende a um acréscimo acentuado na demanda de visitantes, segundo os órgãos anteriormente consultados.

A qualificação da mão-de-obra no que se refere ao atendimento e recepção oferecidos por esse segmento necessita ser reavaliada e readequada, pois, em visita realizada pelo autor do presente trabalho (sem se identificar - como se fosse um cliente) com a finalidade de verificar a qualidade do atendimento e da estrutura física oferecidos, o mesmo não foi bem atendido. As informações solicitadas aos recepcionistas, acerca do serviço do hotel, bem como, sobre as cidades, foram confusas. Para exemplificar-se, na abordagem, os recepcionistas desconheciam informações básicas como o nome de ruas ou referências para localização das Prefeituras ou do próprio cinema das cidades.

Dificuldade maior só foi percebida após identificar-se como pesquisador - da área do Turismo - e solicitar a colaboração dos responsáveis ou proprietários dos hotéis, no sentido de responderem um questionário simples sobre suas empresas. Transcreve-se o que um dos proprietários explanou:

...a é pesquisa, mas é aqui da FACE³ do pessoal de turismo, eles vem todo ano com esta mesma ladainha, isso aqui não adianta, Não funciona. ...ah não! É da Federal, mas qual é o interesse de vocês aqui, essas cidades vivem de outros ares..., não de turismo...

Segue-se a partir desse momento, a tabulação, a apresentação e a análise dos dados obtidos através da aplicação do questionário, onde abordaram-se seis questões (ver ANEXO 1) direcionadas aos proprietários ou administradores dos hotéis mais conceituados e tradicionais das cidades de União da Vitória e de Porto União.

³ FACE – Faculdade de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória.

Cinco hotéis (selecionados pela quantidade de leitos disponíveis) foram abordados nesta pesquisa. Destes, três encontram-se localizados em Porto União, quais sejam: Novo Hotel Iguaçu, Ópera Hotel e Hotel San Rafael; enquanto os outros dois estão localizados em União da Vitória: Holz Hotel e o Hotel 10. Ressalta-se que o proprietário do Hotel San Rafael recusou-se a colaborar com a pesquisa, alegando falta de tempo para responder o questionário, ficando ausentes, portanto, os dados referentes à sua empresa.

Na primeira questão foram levantados dados como o nome da empresa e do proprietário, localização, número de leitos e de funcionários. Salienta-se que, dos quatro que responderam, todos solicitaram que o nome dos proprietários não fosse divulgado, observação esta, que será respeitada pelo pesquisador.

NOME DO HOTEL	NÚMERO DE LEITOS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
Holz Hotel	135	21
Hotel 10	110	12
Hotel Iguaçu	53	9
Ópera Hotel	80	10

QUADRO 3 – Quantidade de leitos e quadro de funcionários dos hotéis pesquisados.
Fonte: MELLO, 2006.

Observa-se pelo quadro acima, que a disponibilidade de leitos – considerando-se que estes são os hotéis de maior capacidade – é realmente insuficiente no caso de um aumento razoável de demanda (um grande evento, por exemplo).

Outro fator relevante a se mencionar é que a geração de empregos nesse setor não é elevada, já que, exceto àquele que se recusou a responder o questionário, os municípios contam com cerca de mais três hotéis e duas pousadas considerados de pequeno porte prestando serviços nessa área.

No segundo questionamento perguntou-se, há quanto tempo à empresa iniciou suas atividades e, em qual dos municípios localiza-se. Esses dados estão apresentados no quadro a seguir.

NOME DO HOTEL	TEMPO DE ATUAÇÃO	MUNICÍPIO
Holz Hotel	29 anos	UVA
Hotel 10	15 Meses	UVA
Hotel Iguaçu	08 anos	PU
Ópera Hotel	30 anos	PU

QUADRO 4 – Tempo de estabelecimento e município de localização dos hotéis.
Fonte: MELLO, 2006.

Analisando-se o Quadro 4, observou-se que os investimentos no setor são escassos. O início das atividades de duas empresas tradicionais, das quatro abordadas pela pesquisa, deu-se há mais de vinte anos. Se por um lado, esse fato pode ser positivo, levando-se em conta que os empreendimentos mais antigos conseguiram manter-se funcionando durante esse tempo, por outro, verifica-se que poucos investimentos foram realizados nestes estabelecimentos, principalmente, por não terem a preocupação com uma concorrência qualificada. Observa-se também, que o fluxo de clientes no decorrer do tempo, parece não ter sofrido grandes modificações, pois, excetuando-se a construção do Hotel 10 (que será oportunamente abordado), nenhum investimento ligado à construção civil foi realizado para ampliação do setor.

Seguindo-se, no Quadro 5 apresenta-se a terceira questão, onde foi questionado sobre o perfil básico dos hóspedes dos hotéis.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	CITAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Eventos	0	0
Negócios	4	100
Visitas à Cidade	0	0
Outros. Citar.....	0	0
TOTAL	4	100

QUADRO 5 – Perfil básico da clientela segundo o setor hoteleiro.
Fonte: MELLO, 2006.

Analisando-se o Quadro 5, verifica-se que, a principal motivação de viagens dos hóspedes, segundo os donos dos empreendimentos, é para negócios (trabalho). Esse fato demonstra que, outras modalidades de turismo, sobretudo, o turismo de lazer, não têm representatividade significativa nos quadros estatísticos, que são na verdade, referenciais sobre a atual situação e o desenvolvimento da atividade.

No quarto questionamento, foi perguntado, se atualmente existe um planejamento ou estudo e políticas públicas direcionadas ao setor de hospedagem com vistas ao desenvolvimento da atividade turística.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	CITAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Sim	0	0
Não	4	100
TOTAL	4	100

QUADRO 6 – Planejamento e políticas públicas voltadas ao setor de hospedagem.

Fonte: MELLO, 2006.

Segundo o setor hoteleiro e verificando-se os dados expostos no Quadro 6, políticas públicas, incentivos e estímulo ao desenvolvimento do turismo, bem como, a operacionalização de estudos ou planejamento específico para esse setor, inexistem.

Questionados sobre as principais dificuldades encontradas pela empresa na pergunta de número cinco, as respostas foram as seguintes:

OPÇÕES DE RESPOSTAS	CITAÇÃO
Qualificação da Mão-de-obra	1
Marketing	0
Falta de capital de giro	3
Contratação de funcionários	0
Falta de demanda (Clientes)	3
Outros. Citar.....	0

QUADRO 7 – Principais dificuldades encontradas pelo setor hoteleiro.

Fonte: MELLO, 2006.

Em relação às respostas apresentadas no Quadro 7, deixou-se livre para que os entrevistados selecionassem mais de uma opção, se assim o achassem necessário, por isso, aparece um número maior de citações que o número de questionários aplicados.

Analisando-se o quadro supracitado, demonstrou-se, que o fator problemático, é a ausência de demanda, a dificuldade com o capital de giro, notadamente, decorre desse fato. O fomento em investimentos para o desenvolvimento do setor turístico – tanto do setor público, quanto do privado - na região, pode ser um viés alternativo e tangível para amenização desse problema, além do que, o setor poderá alavancar-se e conseqüentemente, revitalizar-se estrutural e economicamente de forma constante, do contrário, estará fadado a sofrer com estas dificuldades por um longo período.

Na sexta e última pergunta, questionou-se aos empresários o seguinte: No contexto atual, sendo um empreendedor e um agente potencial do turismo, você acredita que através do planejamento da atividade, de incentivos e do fomento ao setor de serviços e de políticas concretas, ele pode se constituir numa alternativa para o desenvolvimento local, nos municípios de União da Vitória e de Porto União?

As respostas foram unânimes, todos relataram que sim, concordando que a implantação e o desenvolvimento da atividade turística podem trazer amplos benefícios, não somente para suas empresas, mas para comunidade em geral, especialmente no que se refere à geração de novos postos de trabalho.

Após o levantamento e a análise desses dados, vale a pena tecer alguns comentários sobre o Hotel 10. Este faz parte da Rede Hotel 10 e foi inaugurado no final do ano de 2005 na saída de União da Vitória (entroncamento da BR-153 e 476), aproximadamente a cinco minutos do centro das cidades. Anexo ao hotel, funciona um restaurante que oferece boa qualidade de atendimento e de serviços. Segundo informações obtidas em entrevista concedida pela administradora do empreendimento, os investimentos totais do setor privado nestes empreendimentos aproximaram-se da casa dos dois milhões de reais.

Ela também relatou que, a motivação inicial para a instalação da empresa em União da Vitória deu-se pelo fato de acreditarem numa demanda potencial de “passantes” pela BR 153 e 476 que não teriam como destino União da Vitória ou Porto União, mas sim, outros locais. Todavia, a mesma acredita que esse quadro possa alterar-se e que os municípios de Porto União e União da Vitória passem a constituir-se em potenciais áreas receptoras, proporcionando com isso, elevação da demanda para setor de hospedagem.

Frisa-se que, um trabalho constante no sentido de conscientizar-se o empresariado do setor, com o objetivo de despertá-lo para a importância da constante manutenção das instalações e equipamentos, e, sobretudo, da capacitação adequada dos funcionários e melhoria na qualidade dos serviços prestados, seja essencial para o avanço progressivo desse segmento.

No que se refere à alimentação, faz-se necessário uma reavaliação, pois os horários de funcionamento nos locais pesquisados, não só dos hotéis, mas dos restaurantes, lanchonetes e churrascarias que oferecem esse tipo de serviço, é bastante restrito (atendendo somente nos horários tradicionais de almoço e jantar). Esse setor é de extrema importância para o desenvolvimento da atividade turística. A flexibilização dos horários e a diversificação culinária com o aproveitamento da diversidade étnica existente nos municípios, o próprio clima frio e as diversas opções de pescas poderiam ser exploradas, transformando-se num diferencial/diferencial.

No tocante ao entretenimento, União da Vitória e Porto União possuem poucos lugares, tanto para a população local, como para os turistas. Com exceção de algumas danceterias e clubes que funcionam nos finais de semana, e do Cine Teatro Luz, que é um dos poucos locais que oferece sessões permanentes com filmes de sucesso - este espaço é bastante importante e precisa ser conservado, sendo uma boa opção de lazer (ver ANEXO 2) -, os municípios não oferecem muitas opções neste setor. Não existe um calendário anual efetivo relacionado às festas típicas e eventos que ocorrem nos municípios.

Não há até o presente, nenhuma pesquisa substancial confiável acerca da demanda turística potencial dos municípios. Somente no “Morro do Cristo” existe um livro de registro para os turistas, onde os mesmos anotam o nome e o município de origem.

Ressalta-se novamente que, através das respostas apresentadas na aplicação do questionário – à rede hoteleira -, verificou-se que a grande maioria dos turistas que chegam a União da Vitória e Porto União, segundo os proprietários (entrevistados) dos hotéis, são profissionais ligados a atividades de negócios, sendo a estrutura de comércio e serviços fatores determinantes na atração de profissionais que realizam negócios tanto a nível local como regional. Estes fatores conferem ainda à cidade um *status* de local de passagem para outros destinos.

4.7 PESQUISA APLICADA AOS TURISTAS

Com a finalidade de averiguar, se a principal motivação dos turistas que chegam ou que passam por União da Vitória e Porto União restringe-se somente a negócios (trabalho) como mencionado nas respostas dos questionários aplicados à rede hoteleira, elaborou-se e aplicou-se um questionário (ver ANEXO 3) durante os meses de novembro e dezembro – meses onde verifica-se o maior fluxo de visitantes às cidades - do ano de 2006, aos turistas (num total de trinta entrevistados). No referido questionário, além dessa, abordaram-se outras questões - que são consideradas pertinentes ao desenvolvimento e busca dos objetivos almejados na presente pesquisa -, as quais serão vislumbradas a partir desse momento.

Iniciando-se essa análise, observa-se que, com raras exceções, os locais de origem - segundo a maioria dos entrevistados – que chega pelo lado de Porto União são: da região do Vale do Itajaí (Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville) e do planalto norte catarinense (Mafra, Canoinhas, Rio Negrinho), por outro lado, em União da Vitória, excetuando-se uma minoria que vem de municípios do Norte paranaense e de São Paulo, a principal área emissora é Curitiba e sua região Metropolitana. Tal fato, já demonstra a tendência das

viagens, pois, as aludidas áreas têm como característica em comum, uma grande concentração no que tange a distribuição - venda - de produtos industrializados e do comércio em geral.

Questionados sobre a motivação de suas viagens na primeira pergunta, mais de noventa por cento dos entrevistados responderam que vieram até União da Vitória e Porto União motivados por negócios e a trabalho. Através dessa constatação, ratificam-se as informações anteriormente obtidas junto ao setor hoteleiro. Visitas a parentes, procura de serviços de saúde foram citadas, porém, em números não significativos.

Visita as cidades (União da Vitória e Porto União) com freqüência? Esse foi o segundo questionamento abordado. Expõem-se o resultado no Quadro 8.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	CITAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Sim. Com que freqüência	18	60
Não	12	40
TOTAL	30	100

QUADRO 8 – Freqüência de visita dos turistas a União da Vitória e Porto União.

Fonte: MELLO, 2006.

Analisando-se o Quadro 8, do rol de entrevistados, visualiza-se que, a maioria retorna, todavia, isso não significa que procurem outras modalidades de turismo que não seja os negócios, pois, relataram que freqüentam semanal ou mensalmente as cidades, o que implica em afirmar-se novamente, que o principal motivo de suas viagens é a negócios.

Na terceira questão, foi solicitado aos entrevistados, que opinassem, levando-se em consideração o que conhecem nos municípios de União da Vitória e de Porto União, acerca da possibilidade destes, destacarem-se no cenário regional através do incentivo ao desenvolvimento do turismo.

Dos trinta entrevistados, vinte de quatro deles responderam que sim. Considerando-se a sua freqüência às cidades (observar Quadro 8) pode-se dizer que possuem certo conhecimento sobre as mesmas. Logo, demonstra-se, que a visão externa sobre a qualidade e a potencialidade turística endógena existentes nos municípios de União

da Vitória de Porto União é positiva, basta, despertar-se e conscientizar-se internamente acerca desse fato e, utilizando-o como ferramenta para o desenvolvimento.

Quando questionados, se por algum motivo indicariam União da Vitória ou Porto União a outras pessoas para visitação turística, os entrevistados responderam positivamente. Apresentam-se os dados no Quadro 9.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	CITAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Sim	24	80
Não	06	20
TOTAL	30	100

QUADRO 9 – Indicação de União da Vitória e Porto União   visitação, segundo os turistas.
MELLO, 2006.

Em relação às respostas conferidas no quadro acima, salienta-se que mais importante que o número final, foram os relatos dos entrevistados acerca das indicações para viagem. Portanto, selecionaram-se aleatoriamente algumas das mais variadas opiniões relatadas, é claro, com a devida autorização dos mesmos.

Um dos entrevistados, residente no município de Itajaí – SC, por exemplo, relatou que não indicaria os municípios para visitação pelo seguinte motivo: “Não ter um  n ncio na televisão falando de pontos turísticos das cidades.” Outro turista, residente no município de Alvorada – SC, relatou: “Ainda não conheço os atrativos turísticos dos municípios por esse motivo não posso indicar a visitação.”

Em contrapartida,  m do trabalho e negócios que predominaram nos relatos, a simplicidade do povo, universidades, beleza da região, o Portal Turístico de Porto União e referências como “cidades simpáticas” apareceram entre as motivações daqueles que indicariam as cidades para visitação turística.

Analisando-se as opiniões retratadas, assinala-se que a falta de divulgação através dos diversos meios de comunicação disponíveis (imprensa escrita, rádio, televisão), acerca dos atrativos turísticos da região estudada, constitui-se num dos principais entraves

enfrentados para quem trabalha, necessita dos serviços, ou depende da atividade turística nos municípios de União da Vitória e de Porto União.

Na questão de número cinco, foi perguntado aos turistas: Quando seu objetivo é fazer Turismo, o que você procura e espera do lugar escolhido como destino? Esboça-se a seguir as respostas que repetiram-se com maior frequência:

RESPOSTAS MAIS CITADAS	POSIÇÃO (lugar)
Hospitalidade	1
Acesso facilitado a pontos comerciais e turísticos	2
Riquezas naturais	3
Preços acessíveis	4
Conforto	5

QUADRO 10 – O que o turista procura na área receptora.

Fonte: MELLO, 2006.

Não pretende-se afirmar, que a realidade empreendida pelo turismo perpassa pela análise realizada no Quadro 10, pois, somente uma pequena parcela de turistas foi consultada, sendo apenas utilizada como uma consulta opinativa para a presente pesquisa. Entretanto, considera-se que os pontos consensuais nas respostas, expressam a opinião geral daqueles turistas que visitam a área estudada, independentemente da opção que apareça na primeira colocação.

Uma boa receptividade, acesso descomplicado, tanto aos pontos comerciais, quanto aos pontos turísticos, diversidade de atrações turísticas, de entretenimento e lazer, preços acessíveis e conforto, são os itens mais esperados pelo turista na área receptora.

Na sequência do questionário, solicitou-se aos turistas, que citassem algo importante, que os chamou atenção positiva ou negativamente nas cidades de União da Vitória e de Porto União, nas questões seis e sete respectivamente.

Portanto, para melhor compreensão e para efeito de comparação, elaborou-se um quadro sintetizando e agrupando-se as respostas que mais se destacaram (segundo as opções dos turistas). No quadro seguinte confere-se o resultado.

DESTAQUES POSITIVOS	DESTAQUES NEGATIVOS
A simplicidade e receptividade da população local	Trânsito confuso
Limpeza na área central das cidades	Falta de festas noturnas ou de informação sobre as mesmas
Universidades	Divisa de Estado difícil de identificar
Quantidade de Indústrias	Poucas opções para alimentação
Cachoeiras	Facilidade de alagamento das cidades
	Qualificação precária da mão-de-obra dos prestadores de serviço do setor ligado ao turismo
	Falta de informação sobre as cidades

QUADRO 11 – Pontos positivos e negativos de União da Vitória e de Porto União, segundo os visitantes.
MELLO, 2006.

O item que destacou-se positivamente com o maior número de menções nessa questão, indubitavelmente, foi o da receptividade e da simplicidade com que a população local trata as pessoas que chegam às cidades. Esse fator é extremamente importante para implantação da atividade turística de base local com vistas ao desenvolvimento, sobretudo, em locais ainda pouco explorados turisticamente, principalmente, considerando-se as respostas dadas na questão anterior (cinco), apresentadas no Quadro 10.

Todavia, percebe-se que os atrativos turísticos, sobretudo, os naturais foram pouco citados. Esse fato decorre ou do desconhecimento, ou da falta de informação aos visitantes. Assinala-se, portanto, que se deve realizar um trabalho intenso de informação e divulgação do potencial turístico existente neste território, através de ferramentas do *marketing* - propagandas e divulgação nos meios de comunicação (imprensa falada e escrita), folderes de divulgação e localização dos atrativos turísticos, entre outros -, para que as pessoas que visitam as cidades gêmeas, as reconheçam como áreas aprazíveis ao desfrute do lazer.

No que diz respeito aos pontos negativos, o trânsito confuso e mal sinalizado juntamente com a falta de opções ou de informações sobre locais de entretenimento nas

idades, foram os mais citados. A seguir, transcreve-se fielmente o depoimento de um dos entrevistados a esse respeito: “Excesso de lombadas: tem até lombada no poste esperando a vez de descer.” Apesar da ironia embutida, o comentário não deixa de ser verdadeiro, pois, para percorrer-se uma distância de aproximadamente quatro quilômetros, entre o centro e a saída do município de Porto União, ultrapassa-se por cerca de treze lombadas.

A partir dados obtidos neste questionário, foi possível verificar-se que o principal motivo do deslocamento dos turistas aos municípios de União da Vitória e Porto União é para negócios, e que a principal dificuldade sentida pelos mesmos, encontra-se no trânsito, que segundo eles, é extremamente complicado e confuso. Também verificou-se, de acordo com os entrevistados que, faltam informações sobre os pontos turísticos a serem potencialmente visitados, bem como, opções de lazer nas duas cidades.

5 PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO.

Atualmente os discursos que giram em torno dos temas, planejamento, políticas públicas, gestão territorial, perpassam por vários enfoques. Entretanto, no que se refere ao turismo pode-se destacar dois como sendo os principais: há quem defenda com garra como norte na tomada de decisões, o discurso da sustentabilidade ambiental; outra corrente é a dos defensores do planejamento direcionado ao desenvolvimento sócio-econômico, priorizando a minimização das desigualdades sociais e conseqüentemente, melhorando a distribuição de renda.

Nesse sentido, Yázigi (1998, p. 121), tece a seguinte consideração: “[...] de pouco adianta que o município entre na frente turística se, simultaneamente, não estiver combatendo seus adversários, a pobreza, a degradação do território, as tecnologias erradas ou o mau uso da memória [...].”

No entanto, percebe-se que ainda impera-se uma visão plenamente econômica e um pensamento dirigido ao lucro - quando investiga-se a questão do planejamento e gestão em turismo - considerando a atividade, como uma mera e simples fonte arrecadadora de divisas indiscriminadamente, o que, indiscutivelmente, ela não é.

O enfoque econômico é resultante, sobretudo, porque a grande maioria das atividades turísticas desenvolve-se em função do setor privado, esse fato, coloca a consciência coletiva à margem do processo.

Conforme afirma Ruschmann (2004, p. 84):

No turismo cabe ao Estado zelar pelo planejamento e pela legislação necessários ao desenvolvimento da infra-estrutura básica que proporcionará o bem-estar da população residente e dos turistas. Além disso, deve zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental (natural, psicossocial e cultural) e criar condições que facilitem um funcionamento do serviço e equipamentos nas destinações, necessários ao atendimento das necessidades e dos desejos dos turistas, geralmente, a cargo de empresas privadas.

Tanto o planejamento como as políticas públicas não devem ser unilaterais quando objetiva-se o desenvolvimento econômico e social de um determinado território. Para a

maximização dos benefícios da atividade turística é imprescindível que haja um diálogo constante entre o setor público e o privado. Portanto, quando se busca o desenvolvimento de um lugar, planejar se torna um imperativo, uma necessidade para transformação social.

Cabe salientar, seguindo esse raciocínio que, o planejamento participativo que leva em consideração não somente a participação dos sujeitos sociais na execução, mas também na definição de prioridades segundo as demandas percebidas por toda a população baseado na leitura da realidade existente, coloca-se como uma ação eficaz e consistente em contraposição às políticas centralizadoras de poder no constante ao planejamento e desenvolvimento da atividade turística (GRANDIN, 1994).

Calcado nestas assertivas, percebe-se que na área de estudo, o planejamento e as políticas públicas apontam para caminhos diferentes no constante ao estabelecimento de um processo racional de definição de objetivos (fins) comuns.

Apesar da região do Médio Iguaçu, ser considerada como região de interesse turístico pelo Ministério do Turismo, sua representatividade não é reconhecida quando da elaboração de planos ou projetos (nas esferas federal e estadual) de desenvolvimento da atividade turística. Este fato coloca os municípios à margem no processo de fomento da atividade, deixando-os dependentes e restritos às políticas de desenvolvimento estritamente locais, com pouca ênfase no planejamento regional integrado.

Como visto, muito dos resultados que se auferem com turismo estão ligados ao interesse econômico. Por esse motivo salienta-se novamente os pontos fortes da economia local. Nos municípios de União da Vitória e Porto União o cenário atual da economia no setor industrial é baseado principalmente na transformação da madeira, sendo o mesmo bastante diversificado com movelaria, papel, serrarias, laminação e compensados. Entretanto, apesar de ainda ter a maior representatividade no setor econômico e na geração de empregos dos municípios, o segmento apresenta gradativo enfraquecimento, principalmente pela aplicação das leis ambientais que coíbem ou proíbem a extração de certas espécies de madeiras de lei (imbuia, pinheiro) que outrora eram a principal matéria-

prima do setor. Atualmente, as indústrias do setor utilizam basicamente o “pinus” como matéria-prima na sua cadeia produtiva.

Um planejamento voltado à adequação e políticas públicas que atendam às exigências impostas pelos órgãos ambientais, é orientador nesse processo, principalmente para que o setor não caia no descaso e no abandono respectivamente, do setor público e privado. Isso ocasionaria um enorme prejuízo ao comércio e à população local no que diz respeito ao setor econômico.

Os municípios de Porto União e de União da Vitória são considerados como polarizadores de vários municípios próximos (Porto Vitória, General Carneiro, Cruz Machado, Irineópolis, Paula Freitas, Mallet, Bituruna) para os quais representam um expressivo conjunto de demandas do comércio e de serviços. A atividade do comércio varejista – como lojas de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, vestuário e acessórios, constituem-se como principal segmento (urbano) do setor terciário, concentrando-se na sua grande maioria no núcleo central das cidades. O horário de funcionamento do comércio é um ponto a ser destacado novamente, já que o mesmo, além de fechar no horário do almoço, tem horário bastante restrito no período noturno e final de semana, havendo, portanto, a necessidade de uma reestruturação neste sentido.

Em se tratando de planejamento e de políticas públicas, os municípios de União da Vitória e de Porto União – que formam um aglomerado contíguo nos na sua malha urbana -, deveriam adotar coesamente diretrizes lineares e convergentes em prol do desenvolvimento local.

No entanto, verifica-se que as barreiras político-institucionais que historicamente impediram e ainda impedem os atores sociais das duas comunidades de pensarem, discutirem e decidirem políticas públicas de interesses afins em conjunto, somadas ao pouco interesse da iniciativa privada e a falta de incentivos e de investimentos no setor, decorrentes, sobretudo da imagem negativa criada em torno das cidades, relacionada às enchentes recorrentes do rio Iguaçu e, finalmente, pela falta de informação da população residente, quanto aos benefícios econômico e social que a atividade turística gera em médio

e longo prazo, leva ao cenário de desvinculação no que se refere ao planejamento regional integrado com vistas ao desenvolvimento. Logo, os atores sociais envolvidos na área a ser abarcada pelo planejamento territorial, parecem não “poder” ou não “querer” olhar além do seu território em busca de um horizonte comum.

Como cita Rodrigues (1997, p. 56):

As políticas de turismo, estabelecidas no bojo das instituições nacionais, são sempre orquestradas pela política econômica vigente, hoje macroescala, com vistas ao mercado global. Indiferentes às características dos lugares, contemplam as elites hegemônicas do capitalismo transnacional [...].

Prosseguindo-se, como já foi exposto durante o desenvolvimento desse trabalho, vários outros municípios são dependentes de União da Vitória e de Porto União, mormente no que tange às áreas educacional, de saúde e comércio. Esse fato deve ser aproveitado de uma maneira mais racional e positiva pelos municípios, objetivando-se o desenvolvimento econômico e a melhoria na qualidade de vida de seus habitantes, sobretudo, se algumas decisões forem tomadas conjuntamente, especialmente, sem o ranço do enclave político-administrativo que impera nesse processo.

A orientação neste caso deve perpassar pela análise da microescala, pois:

O pensar a microescala, atendendo às necessidades locais, permite interessantes projetos alternativos de turismo, não só considerando a demanda emergente, que significa geração de renda, mas também a ampliação do mercado de trabalho (RODRIGUES, 1997, p. 61).

A luz dos pensamentos apresentados até o momento e balizado na fundamentação teórico-metodológica, a operacionalização dessa etapa da pesquisa deu-se através da elaboração e da aplicação de um questionário, dirigido aos responsáveis pela Secretaria de Turismo nos municípios de União da Vitória e Porto União com a finalidade de verificar-se como encontram-se as atuais políticas públicas, projetos, programas e planos concernentes ao Turismo.

No referido questionário abordaram-se doze questionamentos considerados importantes à apresentação e discussão (posterior) dos resultados. Segue-se a descrição das questões formuladas, as quais serão comentadas uma a uma.

1) *Qual é a Órgão responsável pelo turismo no Município?*

União da Vitória – Secretaria de Indústria Comércio e Turismo e Coordenação Municipal de turismo.

Porto União – Coordenadoria de Indústria Comércio Turismo e Meio Ambiente.

2) *No município, existe um Conselho Municipal de Turismo?*

Sim () Não ()

União da Vitória – Sim. A última eleição aconteceu em maio do ano de 2006, com vigência de dois anos. Diretoria do CODETUR – Conselho de turismo e Meio Ambiente de União da Vitória – PR:

Presidente: Lindamir Varela

Vice-Presidente: Vitor Stern

Primeira Secretária: Daine Scolari

Primeiro Tesoureiro: Alexandre Antal

Porto União – Sim.

3) *Qual é a área de formação profissional do (a) responsável pelo turismo no município?*

União da Vitória – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo – Carlos Bernardo Roveda – Graduado em História e Ciências Econômicas.

Coordenação Municipal de Turismo – Celso Pinto Cordeiro – Graduado em Ciências Econômicas e Administração de Empresas, Pós-graduado em Gestão de Negócios e Finanças.

Estagiária Coordenação Municipal de turismo – Daiane Scolari – Bacharel em Turismo, Pós-graduada em Turismo: Planejamento e Gestão.

Porto União – Técnico em Meio Ambiente.

4) *O município encontra-se inserido atualmente em algum plano, projeto ou programa (Federal ou Estadual) em prol de desenvolvimento do turismo?*

Sim () Não () Qual?

União da Vitória – Sim. À Amsulpar, a qual União da Vitória está inserida mais Amcespar perfazendo um total de 19 municípios tendo como representatividade a ADECSUL – Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro-Sul do Paraná – governança de esfera Estadual e Federal no segmento do Turismo.

Porto União – Sim. Junto à S.D.R – Secretaria de Desenvolvimento Regional – em Canoinhas – SC.

5) *O município possui ou participa (conjuntamente com municípios vizinhos). De algum plano, projeto ou programa integrado (regional ou local), que tenha como objetivo, desenvolver a atividade turística?*

Sim () Não ()

União da Vitória – Sim. União da Vitória faz parte da Terra dos Pinheirais – Região Centro-Sul do Paraná, também da ADECSUL – Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro-Sul do Paraná. A região é composta dos municípios pertencentes à Amsulpar e a Amcespar, tendo um total de 19 municípios participantes.

Além de reuniões que acontecem uma vez em cada município, com o intuito de trocar informações sobre os atrativos turísticos, os municípios participam de forma integrada em eventos de esfera estadual e federal, citam-se os principais:

ABAV – PR – Associação Brasileira de Agências de Viagens, paralelo a Mostra das Regiões Turísticas do Paraná – Curitiba – PR. Neste mesmo período acontece o Encontro de Secretários Municipais. Na mostra os municípios divulgam seus atrativos, há degustação de produtos da região, mostra de artesanato, participação de grupos folclóricos e distribuição de material promocional.

Salão de Turismo Roteiros do Brasil – Expo Center Norte – São Paulo – SP -

evento promovido pelo Ministério do Turismo. A região participa vendendo roteiros integrados, além de divulgar a cultura através dos grupos folclóricos. O evento está na II edição, e nas duas edições a região esteve presente com grupos folclóricos que representam o Paraná, no ano de 2005 o Grupo folclórico Ucraniano de Prudentópolis participou e no ano de 2006 o Grupo folclórico Kalena de União da Vitória, vale ressaltar que são escolhidos dois grupos por estado.

Outros Projetos:

Chalé do Agricultor – Local destinado para divulgar e comercializar os produtos dos municípios, valorizando a agricultura familiar, o artesanato, bem como, ponto de informações turísticas. Os municípios que já possuem o chalé do agricultor são: General Carneiro, Mallet, Paula Freitas e São Mateus do Sul.

Projeto Trem da Vida – visa o resgate socioeconômico integrado e destinação ecoturística compartilhada do trecho rodoviário histórico de Guarapuava, Ponta Grossa via Inácio Martins, Irati, Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro, com a recuperação de todas as estações e vilas ferroviárias servidas pelo traçado.

Guia Turístico Cultural – compreende os produtos turísticos e as potencialidades da Terra dos Pinheirais.

Porto União – Sim. Junto à S.D.R – Secretaria de Desenvolvimento Regional – em Canoinhas – SC.

6) *Existe um inventário turístico do município? Se existe, quando e por quem foi realizado?*

União da Vitória – Sim. Foi elaborado em 1998.

Porto União – Não.

7) *A administração municipal considera o turismo como alternativa de desenvolvimento social e econômico para o município e para a população residente?*

União da Vitória – Sim.

Porto União – Considera.

8) Quais as principais dificuldades verificadas na escala municipal para que o turismo seja implantado como fator de desenvolvimento social e econômico?

União da Vitória – A grande maioria da população municipal desconhece os benefícios socioeconômicos do turismo, tornando o processo de inserção do mesmo no município muito lento. Desta forma, a Coordenação Municipal de Turismo de União da Vitória realiza projetos de coordenação turística no município com proposta de inserção nas escolas municipais através de teatro contanto sobre os pontos turísticos municipais. Desenhos com os pontos turísticos para as crianças pintarem, nestes desenhos tem um pequeno texto contando a história do atrativo etc., também de abrangência nas Faculdades/Universidades.

Outras ações que estão sendo realizadas:

- Parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná - SENAR/PR - onde serão oferecidos cursos para as pessoas que moram na área rural do município. Os cursos oferecidos pelo SENAR na área de Turismo Rural são: turismo rural e oportunidades de negócios, roteiros, trilhas e caminhadas ecológicas, segredos da boa culinária rural, serviços de restaurantes rurais, planejando e implantando restaurantes rurais, planejando e implantando pousadas rurais, comandando e organizando a cozinha rural, cestaria e trançados em vime, artesanato em taboa e fibra de bananeira, artesanato em palha de milho – trançados em palha de milho, flores em palha de milho, bonecos (as), artesanato em bambu, artesanato com recurso turístico;
- Parceria com o CODETUR para reativação da Rota das Cachoeiras;
- Parceria com o curso de turismo da UNIUV – Centro Universitário de União da Vitória - onde Coordenação Municipal estará levando todos os acadêmicos de turismo para visitar os atrativos histórico-culturais e naturais do município.

Porto União – Cultural e Divisa de Estado.

9) *Já houve tentativa (s) de aproximação com municípios próximos, no sentido de se promover ações conjuntas e integradas para o desenvolvimento do turismo?*

Sim () Não ()

União da Vitória – Sim. Dentre as ações podem-se citar os roteiros turísticos integrados:

- Roteiro Turístico Fronteira do Contestado (Roteiro Histórico) – neste roteiro você pode descobrir porque as cidades são divididas apenas por trilhos de trem. Passará por casas e marcos históricos, o morro do cristo, o mirante Arno Dickel com uma vista exuberante do rio e ainda o local da passagem das tropas pelo vau do rio Iguaçu. Integram esse roteiro os municípios de Porto União/SC e União da Vitória/PR;

- Roteiro Fluvial Caminhos do Iguassu – o passeio é realizado em dois grupos. Um seguirá via terrestre, contemplando a natureza e as cachoeiras. O outro seguirá via fluvial em embarcação com capacidade para 15 pessoas percorrendo um trecho do rio Iguaçu de União da Vitória a Porto Vitória, visualizando belas paisagens às margens do rio. Em Porto Vitória é servido o almoço em propriedade rural. O grupo que fez a parte terrestre retorna via fluvial, e vice-versa, apreciando um belo por do sol. Integram esse roteiro os municípios de Porto União/SC, União da Vitória/PR e Porto Vitória/PR. Assinala-se que, apesar de formatados, esses roteiros não estão sendo ofertados.

O roteiro histórico foi formatado pela Associação de Desenvolvimento do Turismo Regional – ADETUR -, esta criada no ano de 2005 por bacharéis em Turismo. O roteiro fluvial foi formatado por Dago Woehl e Wilson Hubner.

Porto União – Sim.

10) *A administração pública municipal já teve anteriormente, algum tipo de contato com estudos que relacionassem o turismo de base local como alternativa de desenvolvimento sócio-espacial? Sim () Não ()*

União da Vitória – Sim, através de pesquisas.

Porto União – Não

11) *Na visão da administração pública municipal, há possibilidades de municípios como (Porto União/SC; União da Vitória/PR) com realidades socioeconômicas e ambientais muito afins (guardadas as devidas proporções e peculiaridades sócio-geográficas), promover em ações práticas simultâneas, no que diz respeito ao aproveitamento e desenvolvimento do potencial turístico em escala regional?*

Sim () Não ()

União da Vitória – Sim, tanto que roteiros integrados já foram formatados.

Porto União – Não

12) *Na atualidade, para a administração pública municipal, qual é o papel que cabe ao turismo no que tange ao desenvolvimento sócio-cultural, econômico e ambiental do local (município)?*

União da Vitória – Promover a geração de emprego e renda, valorizar a cultura local, promover o resgate histórico-cultural do município e valorizar os atrativos naturais.

Porto União – Ajudar na infra-estrutura.

Assinala-se, baseando-se nas informações anteriormente mencionadas que a economia local gira principalmente, em torno do setor madeireiro e do comércio local, sendo que o potencial do turismo em alavancar ramos importantes do próprio comércio é pouco considerado, ou até mesmo desconhecido.

Existe certo conhecimento do potencial turístico do meio natural, principalmente, em torno das cachoeiras, mas não há maior conscientização quanto à visão de uma atividade turística geradora de benefícios e necessitando de um planejamento específico; apenas algumas lideranças possuem esta conscientização e procuram impulsionar a idéia.

Outro fator importante a mencionar-se é que as políticas, projetos e programas na área do turismo, ficam atrelados na sua grande maioria ao poder público, o setor privado torna-se dependente e, por conseguinte (vislumbrando-se a área estudada), viciado nesse

processo e a sociedade em geral parece não ter informações suficientes para perceber no turismo uma atividade importante para o desenvolvimento econômico da região.

O trabalho de conscientização junto ao setor privado e à população local deve ser intenso e contínuo, para que estes possam ver e sentir os benefícios gerados pelo turismo ao território, além de poderem trabalhar juntos na preservação e conservação de todo o potencial. Somente com o envolvimento dos vários atores sociais nesse processo, poder-se-á promover o desenvolvimento planejado e de forma sustentável do turismo na área estudada.

Portanto, o processo de planejamento deve estar inserido do dinamismo do território que ocorre devido à ação dos agentes que agem sobre ele e de suas relações sociais. Nesse sentido o *planejamento participativo* deve ser colocado em prática (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p. 124). Mas para que isso ocorra, necessita-se ocorrer primeiramente, a descentralização do poder, e isso depende de vontade política. Esse processo remete à participação de todos os setores da sociedade e de todos os indivíduos que a compõem.

No que se refere à questão da integração regional, Porto União e União da Vitória, que no passado constituíram uma só cidade, preservaram uma unidade, que foi apagada pela divisão política. O cotidiano das duas cidades é comum entre si e, além da divisão político administrativa, é difícil notar a separação.

A maior identificação entre as cidades está na população e suas tradições; reflete-se ainda no uso comum da infra-estrutura. A promoção do turismo vem como uma nova forma de integração para as cidades, pois existe entre as mesmas uma complementação da infra-estrutura básica e turística e também dos atrativos.

O trabalho conjunto pode viabilizar investimentos, reduzir custos, implementar benfeitorias na estrutura física e de serviços, e, sobretudo envolver todos os segmentos das comunidades, logrando êxito no desenvolvimento da atividade turística em conformidade com os anseios de todos.

5.1 DESENVOLVIMENTO E TURISMO: A VISÃO DA POPULAÇÃO LOCAL

Como mencionado durante o desenvolvimento da presente pesquisa, para que logre-se êxito com a implantação da atividade turística no que se refere ao desenvolvimento é de vital importância que haja o envolvimento da população local em todas as etapas desse processo.

Para tanto, faz-se necessário verificar-se a apreciação da população em relação a alguns aspectos relevantes ao desenvolvimento da atividade turística, bem como suas perspectivas. No intuito de evidenciar-se esse contexto, elaborou-se e aplicou-se um questionário (ver ANEXO 4) dirigido à população local, com estatística acidental (num total de cinquenta questionários, dirigidos às pessoas que residem nas áreas centrais, nos municípios de União da Vitória e de Porto União), do qual extraiu-se algumas opiniões importantes, as quais serão apresentadas e analisadas nessa ocasião.

Primeiramente, solicitou-se aos entrevistados, que respondessem sobre qual a principal atividade de lazer deles. Segue-se a tabulação no Quadro 12

ATIVIDADES DE LAZER CITADAS	CITAÇÃO
Não responderam	17
Assistir Televisão	7
Passear	6
Dançar	5
Esportes	3
Viajar	2
Escutar música	2
Jogar vídeo game	2
Navegar na Internet	2

Namorar	2
Bordar	2
TOTAL	50

QUADRO 12 – Principais atividades de lazer da população local.

Fonte: MELLO, 2006.

Analisando-se os números do Quadro 12, observa-se que as opções mais citadas pela população local referem-se generalizadamente às atividades caseiras.

Das cinquenta pessoas abordadas, dezessete não responderam. Isso implica em pensar-se que: i - ou faltam opções de lazer, ii - ou elas não tem condições (transporte, financeiras, etc.) para fazer aquilo que gostam, iii – ou faltam-lhes informações sobre as opções de lazer e entretenimento, iv - ou descansar e não fazer nada, reflete-se na atividade de lazer predileta destas pessoas.

Logo depois destas que optaram por não responder, respectivamente, assistir televisão, passear e dançar aparecem com maior número de citações.

Na segunda pergunta, questionou-se aos entrevistados, se os mesmos achavam que as cidades de União da Vitória e de Porto União oferecem uma diversidade de opções de entretenimento (lazer e diversão) tanto à sua população, quanto para as pessoas que as visitam. Dispõem-se as respostas no quadro que segue-se:

OPÇÕES DE RESPOSTAS	CITAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Sim	15	30
Não	35	70
TOTAL	50	100

QUADRO 13 – Opinião da população local em relação às opções de entretenimento.

Fonte: MELLO, 2006.

Os dados apresentados no Quadro 13 somente ratificam os comentários realizados na primeira questão.

Seguindo-se, na terceira questão indagou-se aos entrevistados, o que achavam que deve melhorar nos municípios de União da Vitória e de Porto União. Selecionaram-se

algumas opções (dispostas no Quadro 14) para escolha, entretanto, deu-se a liberdade para que os entrevistados escolhessem mais de uma opção, caso achassem necessário ou, descrevessem alternativas que não estivessem na listagem de opções. Por esse motivo não é possível se apresentar percentuais, pois a quantificação de dados não é o principal interesse dessa coleta, que tem por finalidade consultar e conhecer as diferentes opiniões da população em relação aos questionamentos propostos.

OPÇÕES	CITAÇÃO
Saúde	38
Educação	18
Diversão	5
Empregos	20
Habitação	0
Outros. Citar....	1

QUADRO 14 – O que deve melhorar em União da Vitória e Porto União.

Fonte: MELLO, 2006.

Balizando-se no Quadro 14, constatou-se que a saúde figura em primeiro plano dentre as opções/preocupações da população local, em segundo e terceiro lugares respectivamente, aparecem emprego e educação. Esses problemas, são considerados problemas sociais e de estrutura e, são muito comuns em países subdesenvolvidos.

Sabendo-se que o setor de serviços, sobretudo àquele ligado diretamente às atividades de lazer e entretenimento é um dos setores da economia que mais cresce no mundo e, por conseguinte, um dos que, além de gerar elevadas cifras, gera um grande número de postos de trabalho e considerando-se que, as pessoas empregadas têm melhores condições de acesso, tanto a saúde, quanto a educação, possivelmente esteja aí, não a solução para os problemas, mas uma alternativa viável, para investir-se no sentido de se desenvolver o território a partir das potencialidades endógenas existentes no mesmo.

Segundo estudiosos da área, para sua realização, o turismo movimenta mais de cinquenta segmentos da economia. Esse fato revela-o como uma alternativa plausível e

exequível a se colocar em prática, notadamente, por sua enorme e comprovada capacidade de gerar novos posto de trabalho direta e indiretamente.

Você conhece os atrativos turísticos de União da Vitória e de Porto União? Essa foi a quarta questão do questionário.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	CITAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Sim	40	80
Não	10	20
TOTAL	50	100

QUADRO 15 – Conhecimento da população local sobre os atrativos turísticos da área de estudo.
Fonte: MELLO, 2006.

Em que pese à opinião dos entrevistados, deve-se analisar os dados do Quadro 15 com a devida cautela, pois, assinalar que sim – como fizeram quarenta dos cinquenta entrevistados –, não significa necessariamente dizer que os mesmos já visitaram os pontos turísticos das cidades. Portanto, esse conhecimento pode restringir-se apenas a informações que, de alguma maneira eles tiveram acesso, seja por meio de divulgação em campanhas ou programas, ou pela imprensa escrita ou falada (rádio e televisão).

Dando continuidade, questionou-se à população local, se a mesma conhece os benefícios que a implantação do turismo enquanto atividade econômica pode trazer às cidades e suas comunidades.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	CITAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Sim	37	74
Não	13	26
TOTAL	50	100

QUADRO 16 – Benefícios da atividade turística na visão da população local.
Fonte: MELLO, 2006.

Dentre as opções do quadro 16, as pessoas que optaram pelo “sim”, algumas comentaram que o embelezamento das cidades, a preservação das cachoeiras e a geração de novos postos de trabalho são alguns benefícios provenientes da atividade turística.

Todavia, a maioria da população desconhece ou não tem informações suficientes acerca dos benefícios gerados pelo turismo.

Finalizando-se essa etapa, questionou-se à população, se os setores público e privado de União da Vitória e de Porto União deveriam incentivar e investir no turismo. Solicitou-se também, para que comentassem suas respostas.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	CITAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Sim	49	98
Não	01	2
TOTAL	50	100

QUADRO 17 – Incentivo ao desenvolvimento do turismo na visão da população local.
Fonte: MELLO, 2006.

Apenas um, dentre os cinquenta entrevistados, optou pelo “não”. Relata-se o seu comentário: “tem outras coisas mais importantes (exem) educação, saúde, e emprego.”

Quase a totalidade dos entrevistados afirmaram que os empresários juntamente com o poder público, devem trabalhar no sentido de investir-se e incentivar-se no desenvolvimento do turismo na área de estudo.

Foram selecionados alguns relatos fidedígnos - a partir das respostas dos questionários -, onde evidenciam-se a visão e o pensamento da população local em relação ao tema tratado pela pesquisa. Assinala-se, que a apresentação de todos os relatos contidos nesta etapa da pesquisa teve a devida autorização dos responsáveis pela sua descrição.

Um dos entrevistados comentou o seguinte: “Se eles investissem no turismo em nossas cidades, iria aumentar o número de pessoas visitando os pontos turísticos.” Em um outro depoimento, relata-se: “Com o incentivo no turismo atrairia o comércio, logo a cidade ofereceria mais empregos, mais capital entraria nos cofres público que poderiam ser investido em outras áreas”. Descreve-se abaixo, outros relatos relevantes, onde os entrevistados expuseram suas opiniões do questionamento proposto:

“Porque se houver investimento no turismo, a cidade poderá enriquecer muito, aumentando a população. Deste modo pessoas de outras cidades viriam prestigiar muito mais do que agora. Também aumentaria os empregos, tudo melhoraria.”

“Através da conscientização da população e até mesmo o envolvimento desta nas discussões sobre a importância do turismo nesta região. ...desencadeando assim a atividade turística como uma alternativa para o desenvolvimento social e econômico das cidades gêmeas.”

“Costumo visitar regularmente os pontos turísticos de nossas cidades (parques, cachoeiras...) noto que estão abandonados, as estradas de acesso são precárias e os parques localizados no centro das cidades estão sem pinturas e necessitando da poda das árvores e grama.”

Conclui-se através das diversas opiniões expressadas (nos questionários) pela população local, que há uma certa fragilidade no que diz respeito ao conhecimento dos atrativos turísticos e dos benefícios que a atividade turística pode trazer para comunidade local. A população local, portanto, não reconhece no turismo, o potencial que o mesmo tem para constituir-se numa alternativa com vias ao desenvolvimento local.

6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Através das reflexões e discussões realizadas durante o desenvolvimento da presente pesquisa – que almejou estudar as bases para implantação do Turismo de Base Local, enquanto atividade alternativa e capaz de promover o desenvolvimento -, foi possível chegar-se há alguns resultados, os quais serão apresentados e discutidos nesta seção.

Para iniciar-se esta discussão, primeiramente, considera-se de acordo com a construção da base teórico-conceitual e das demais pesquisas de observação realizadas que, quando a intencionalidade é de realizar-se uma análise do turismo com base no território é necessário trabalhar-se com uma perspectiva da totalidade do espaço geográfico.

De acordo com Rodrigues (2001, p. 74):

Nos estudos do turismo só se logra um avanço em relação aos trabalhos meramente técnicos e operacionais quando a análise espacial capta a complexa engrenagem que expressa todos os elementos da oferta e todos os elementos da demanda e população residente, em ação e interação recíprocas.

Dessa forma, a escala geográfica utilizada pelo pesquisador abarcou os objetivos concretos perseguidos pelo trabalho, não detendo-se a priori, às fronteiras ou divisas político-administrativas – como é o caso de União da Vitória/PR e de Porto União/SC -, que venham a interferir no resultado final do trabalho.

Conferindo-se um caráter conclusivo à pesquisa, assinala-se a partir de agora a apresentação e discussão dos resultados alcançados ao longo desse trabalho. Optou-se para verificação destes, trabalhar-se essa seção em duas frentes que serão abordadas concomitantemente. Na primeira, far-se-á sumariamente a apresentação do panorama atual vivenciado pela atividade turística em União da Vitória e Porto União e, posteriormente, esboçar-se-ão ações através da projeção de cenários. Essas ações devem ser consideradas como orientadoras no processo de planejamento e implantação do turismo como alternativa de desenvolvimento, tanto para os municípios da área de estudo como para a região.

De acordo com Souza (2002, p. 50), a capacidade de prognóstico corresponde à:

Habilidade de construir diversos cenários alternativos de forma elegante, consistente e realista. Isso exige tanto uma grande capacidade de selecionar e analisar dados e informações empíricos adequados quanto sólidos conhecimentos teóricos. Juntos, esses dois predicados representam a chave para interpretações inteligentes da dinâmica sócio-espacial, condição *sine qua non* para refletir consistentemente sobre a evolução do quadro atual.

Elencadas e consideradas essas orientações, assinala-se que o Turismo de Base Local num médio prazo, pode constituir-se realmente, numa alternativa eficaz ao desenvolvimento socioeconômico equitativo dos municípios e, por conseguinte, proporcionar a melhoria na qualidade de vida da população residente.

Estas ações somente serão possíveis na prática se um pré-requisito tão decantado nesse trabalho for atendido corretamente, o do planejamento, pois o mesmo evidencia-se como fundamental na preparação para a gestão futura de um território. Molina e Rodriguez (2001, p. 79) exprimem esse pensamento da seguinte maneira:

O planejamento é o resultado de um processo lógico de pensamento, mediante o qual o ser humano analisa a realidade abrangente e estabelece os meios que lhe permitirão transformá-lo de acordo com seus interesses e aspirações.

Delineando-se sumariamente o panorama atual da atividade turística e considerando-se ações tangíveis (através da projeção de cenários futuros) para que o turismo possa constituir-se em uma alternativa eficaz com vistas ao desenvolvimento local na área de estudo, exprimi-se o seguinte quadro:

I - No constante a comunidade e a economia pode-se dizer que: (i) apenas uma pequena parcela da população conhece os benefícios socioeconômicos advindos da atividade turística; (ii) observa-se a inexistência do envolvimento da comunidade na tomada de decisões para o fomento do turismo; (iii) os setores da comunidade e da economia não trabalham coesos na ordenação da atividade turística.

Para revisão desse quadro faz-se necessário uma conscientização e o envolvimento da comunidade nas discussões e decisões acerca da importância que a atividade turística tem como fonte de desenvolvimento econômico e social. Outros aspectos relevantes a serem considerados em relação às comunidades locais são que estas devem:

ter conhecimento de todo o potencial turístico dos municípios e, estarem conscientizadas sobre a importância na recepção dos turistas.

Estrategicamente devem ser tomadas ações no sentido de mobilizar os agentes setoriais e formadores de opinião, representativos de toda comunidade: instituições de ensino, associações comunitárias, clubes de serviços, igrejas, iniciativa privada, órgãos públicos devem ser envolvidos nesse processo, para tornarem-se multiplicadores dos temas ligados à atividade turística. O tema turismo deve ser discutido junto ao ensino fundamental, médio e superior. Os professores enquanto transmissores do conhecimento devem estar capacitados a transmitir conhecimentos sobre a atividade turística aos seus alunos, tornando-os divulgadores da mesma. Isso pode ser feito através de aulas de campo sobre educação ambiental, história, cultura.

No estabelecimento desse processo é conveniente também, promover palestras informativas à comunidade e empresariado com objetivo de mostrar as oportunidades de negócio no setor, bem como, direcionar incentivos para investimentos em campanhas de conscientização para lideranças e demais segmentos. A valorização da história e o sentimento de orgulho do lugar podem ser despertados através da oferta de passeios pelo município com a finalidade de mostrar as belezas dos diversos cenários naturais e da grande riqueza e diversidade existentes no que se refere aos aspectos socioculturais presentes nesse território.

II - No que tange aos equipamentos e serviços turísticos observou-se que, (i) os estabelecimentos de meios de hospedagem, alimentação e lazer são deficientes em recursos físicos e de estrutura para a prestação de serviços; (ii) a mão-de-obra é pouco qualificada nos diversos segmentos da atividade turística.

Uma acessória de apoio aos empresários do setor no sentido de orientá-los sobre a importância da adequação dos estabelecimentos à atividade turística, principalmente na questão ligada a diversificação gastronômica, melhoria e manutenção constantes da estrutura física dos estabelecimentos, sobretudo os de meio de hospedagem, noções sobre as ferramentas de *marketing* e a diversificação na estrutura de lazer e entretenimento do

setor, são indispensáveis e tangíveis para mitigar o panorama atual e formatar um cenário futuro positivo para o desenvolvimento da atividade.

O turista está sempre à procura de algo que lhe seja agradável, especialmente, de um atendimento qualificado e hospitaleiro, portanto, tanto a comunidade, como os profissionais (da rede hoteleira, restaurantes, taxistas, agências de viagem, comércio e serviços) e os locais que os recebem devem estar preparados qualificadamente para que a satisfação e o retorno desse turista sejam líquido e certo. Esse fator é decisivo para o desenvolvimento da atividade turística e para a formação de uma imagem positiva do local de destino.

III - Quanto aos atrativos turísticos, destaca-se o seguinte: (i) não existe uma regulação ou ordenação no fluxo de visitantes, principalmente nas cachoeiras; (ii) o patrimônio histórico - cultural e arquitetônico está descaracterizado; (iii) a identidade cultural (costumes e tradições) pouco valorizado; (iv) Imagem do Rio Iguaçu é negativa estando associada principalmente às enchentes; (v) exploração de eventos com temas restritos a festas juninas/julinas e religiosas; (vi) desconhecimento da demanda atual.

Em primeiro lugar, a partir desse panorama negativo emerge a necessidade de estabelecer-se um planejamento em prol do resgate das manifestações culturais e da própria identidade cultural étnica dos municípios. A revalorização dos costumes, tradições e credences podem ser realizadas através de uma investigação com depoimento dos moradores mais idosos. Promoção de cursos e eventos de divulgação na área da culinária (com as peculiaridades de cada representação étnica), artesanato (sobretudo com madeira – matéria-prima ainda abundante na região) e o incentivo à criação de novos grupos aliado à manutenção dos já existentes das diversas etnias representativas dos municípios, são importantes para alcançar-se o tão exaltado desenvolvimento social na atividade turística.

Outro aspecto que destaca-se nos municípios é relativo à arquitetura. A formação e preservação da identidade cultural de um povo estão intrinsecamente ligadas à sua história e representadas na sua arquitetura. A evolução do espaço geográfico a partir dessa constatação, remete-se ao próprio arcabouço arquitetônico de um lugar, ou seja, através de

um estudo profundo na arquitetura (com envolvimento pesquisadores, historiadores, geógrafos, proprietários de imóveis de valor histórico e o poder público) pode-se buscar sua originalidade e a partir daí, revitalizá-la trabalhando na conservação seus dos elementos históricos, culturais e arquitetônicos. As modificações e a descaracterização nas fachadas de edifícios históricos e a inserção de novas tendências arquitetônicas nas construções que estão em andamento na área central das duas cidades estão oferecendo um novo e “moderno”, porém, estranho e contrastante perfil se comparado às características originais das edificações antigas e de relevante valor histórico e arquitetônico.

Ações no sentido de recuperar os prédios históricos, marcos e monumentos e a revitalização central da cidade não são utópicas, com medidas como a despoluição visual causada pela colocação aleatória de placas e faixas nos estabelecimentos comerciais, a fiscalização aos descasos em reformas, modificações e construções de novas edificações que infringem a legislação municipal (ver FIGURA 23) e a promoção de incentivos (como por exemplo, desconto ou isenção no pagamento de IPTU) oferecidos aos contribuintes municipais que mantiverem conservadas as fachadas de suas edificações (daquelas que tem relevante valor histórico e arquitetônico) estaria-se dando os primeiros passos (firmes) nesse sentido.



FIGURA 23 – Vista parcial de edificações sendo construídas na malha urbana contínua, junto a linha férrea que separa os municípios de União da Vitória /PR e Porto União/SC.
Fonte: MELLO, 2007.

No que tange ao potencial de recursos naturais existentes nos dois municípios, é nestes que se concentram sua maior riqueza e possibilidade de lograr êxito no processo de implantação do turismo com vistas ao desenvolvimento.

A região possui um potencial (turístico) hídrico invejável a qualquer outro lugar, porém, salienta-se como já retratado no decorrer desse trabalho, que o planejamento é basilar na implantação dessa atividade no meio natural com vistas a explorá-lo. Portanto, o turismo deve atender a alguns princípios básicos para que não venha tornar-se um “vilão”, promovendo impactos negativos e por conseqüência, a destruição da natureza, pois o mesmo tem como característica a capacidade de produzir, reproduzir e consumir os espaços onde se desenvolve.

Seguindo-se a trilha aberta, para transformação do potencial natural em produto turístico – que, segundo Acerenza (1991, p. 53) compreende os atrativos, as facilidades (alojamento, alimentação, entretenimento e complementares) e o acesso (transporte) -, devem ser colocadas em prática algumas ações. Primeiramente, deve-se realizar um levantamento ambiental de todos os recursos a serem explorados com uma visão científica e acadêmica, posteriormente, é indispensável um estudo de impactos ambientais para embasar a elaboração e formatação de roteiros de Ecoturismo que explorem ambientes naturais como as montanhas, os vales e, principalmente, as cachoeiras privilegiando esportes de íntimo contato com a natureza como caminhadas, montanhismo.

Com vistas a exploração sustentável dos recursos naturais da área de estudo, estrategicamente, deve se promover estudos de impactos ambientais para embasar a formatação e transformação do potencial natural em produto turístico.

Nesta trilha, fazem-se necessários estudos detalhados das áreas naturais (fauna, flora, geologia) para definição da implantação, estruturação para visitação, da capacidade de carga do atrativo, demarcação de trilhas, localização de equipamentos e sinalização.

Prosseguindo, deve-se fazer a aproximação junto aos proprietários de atrativos localizados em áreas privadas com o propósito de, estudar a capacidade de carga dessas áreas, fazendo o detalhamento dos atrativos, levando-se em consideração aspectos como o

grau de dificuldade em relação a acessos, trilhas, áreas para banho, a fim de definir o perfil do visitante e a necessidade de acompanhamento específico, bem como, de negociar com os mesmos para a visita dos atrativos.

Nesse contexto, também é importante promover-se a conscientização do morador local e dos visitantes sobre a importância da preservação do meio ambiente através de placas informativas e cartilhas, assim como, prospectar possíveis interessados em prestar serviços aos visitantes (refeições, acomodações).

Outra ação importante a ser desencadeada diz respeito ao Rio Iguaçu. Dissociar a imagem do rio ligada às enchentes e transformá-lo em um local aprazível, aproveitando e utilizando-se de todo o seu potencial para atividades esportivas e de lazer, tanto para a comunidade, quanto para o visitante, vincularia uma imagem positiva no tocante à localização dos municípios à beira do mesmo. A operacionalização de roteiros turísticos fluviais com a utilização de diversos tipos de embarcações para realização dos passeios, a prática de esportes náuticos como *jet ski*, canoagem e a implementação de serviços periféricos (alimentação e locação de equipamentos) com objetivo de auxiliá-los nesse processo são basilares para que o escopo final seja alcançado.

Para que todas as ações elencadas até o presente concretizem-se efetivamente, faz-se necessário estruturar o desenvolvimento do turismo (nas duas cidades) através de ferramentas do *marketing*, bem como desenvolver pesquisas de investigação turística nos principais centros regionais sobre as características de quem *faz turismo* (demanda) e o que procura em um destino turístico. Realizar pesquisas com as pessoas que trafegam pelas várias rodovias que passam por União da Vitória e Porto União, principalmente nos pontos de parada, tais como, restaurantes, postos de combustíveis e hotéis e a partir daí, focalizar a formatação e adequação dos atrativos, estrutura física e serviços, enfim, do produto-turístico como um todo, direcionando os esforços promocionais baseados no levantamento do perfil da demanda atual e potencial.

Além dos referenciais apresentados, assinala-se que para a implantação e o desenvolvimento da atividade turística de base local com vistas ao desenvolvimento de uma

forma eficaz, é necessário impreterivelmente que haja um intenso diálogo e a formação de parcerias que venham tornar viável esse processo.

Não obstante, para viabilização dos cenários projetados na presente pesquisa, aponta-se possíveis parcerias que podem participar no processo de elaboração e avaliação do planejamento, bem como, da aplicação e gestão dos projetos, programas e planos voltados ao desenvolvimento do turismo na área estudada: Secretaria de Planejamento; Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria da Educação, Cultura e Desportos; Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente; Setor Privado; Setores organizados da comunidade; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo - ABBTUR; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC; Órgão Oficial de Turismo de Santa Catarina - SANTUR; Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater ; Sindicatos; Etnias; Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA; Instituições de Ensino; Órgãos ligados ao meio ambiente.

Estes são alguns apontamentos e caminhos que podem ser seguidos para o desenvolvimento da atividade turística nos municípios de União da Vitória e Porto União conjuntamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título conclusivo da presente Dissertação far-se-ão algumas considerações conferidas durante o seu desenvolvimento.

Primeiramente, constatou-se que a atividade turística deve ser compreendida como um processo de desenvolvimento que depende do atual contexto econômico, social e ambiental de uma comunidade e sua adequação com vistas à sua realização. Funcionando dessa forma como uma engrenagem que movimenta e sincroniza a participação e o comprometimento de cada segmento envolvido (poder público, iniciativa privada e população local).

No entanto, percebeu-se que na área estudada a atividade turística encontra-se incipiente e figura em segundo plano nas estratégias dos agentes – poder público e iniciativa privada - responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Dando prosseguimento, verificou-se que o turismo possui uma importância que vai muito além dos argumentos que giram em torno da geração de empregos, da captação de divisas e do lucro para o setor de serviços. Uma importância que reside, não somente nas estatísticas divulgadas, mas, sobretudo, na sua incontestável capacidade de movimentar grupos sociais e condicionar a transformação e o ordenamento de territórios com vistas à sua realização.

Verificou-se também, que o turismo está profundamente ligado ao espaço municipal, pois é nesse território que se desenvolve. Sendo assim, se faz mister seu estudo nesse local.

Portanto, a análise em escala local (respeitada os seus limites), remete ao esclarecimento que, quanto mais frágil socioeconômica e politicamente for um grupo, maior será sua dependência para com recursos de base estritamente local.

Dando prosseguimento às considerações, verificou-se que o fato do recorte espacial abordado na presente pesquisa - os municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC - formar um aglomerado contínuo na sua malha urbana central separado apenas

pelos trilhos da via férrea, gera um efeito de corte no tecido urbano, o qual, embora não seja visível, efetivamente ocorre.

O fato dessa malha urbana pertencer a duas administrações distintas, e a dois estados distintos, gera conflitos na administração do conjunto ou das cidades, notadamente nos aspectos referentes ao sistema viário e ao controle do uso do solo.

As administrações, na tentativa de diferenciar as cidades, reforçam essa separação física através da implantação de obras que cortam o fluxo de veículos, provocando descontinuidades no trânsito. Neste caso, deveria ser estudado um sistema viário único, considerando-se as duas cidades como uma malha urbana contínua, cuja rede viária deve facilitar a integração. Esse setor é considerado importante para a implantação e o desenvolvimento da atividade turística.

Com já apresentado, as economias dos municípios giram em torno do setor industrial representado fundamentalmente pelos segmentos da madeira/papel. Entretanto, as economias desse tipo - de base especializada - são reconhecidamente muito vulneráveis. Isto porque, as relações intersetoriais guardam estreitas dependências e as dificuldades ou crises que venham a afetar essa atividade repercutem na economia como um todo.

Assim, assinala-se a importância de trilhar-se por caminhos alternativos em busca da geração de renda e da melhoria da qualidade de vida à população local. O turismo pode ser visto como uma estratégia viável nesse sentido.

Esse processo (de implantação do turismo como alternativa ao desenvolvimento) não deve ter nenhuma de suas etapas (planejamento, políticas públicas, ordenamento e gestão) desprezadas ou preteridas, pois, cada uma destas tem sua importância na transformação das potencialidades em um produto turístico. A sua correta implementação, em consonância com os objetivos de uma atividade sustentável, dá-se através de uma organização profissional para a definição e formatação de produtos e serviços (voltados aos consumidores: comunidade e turistas), desde a sua pesquisa, elaboração/adequação e divulgação, contando com constantes avaliações e revisões antes, durante e depois do

processo, para retificar e implementar melhorias em cada elemento que colaborará para o êxito do desenvolvimento do turismo.

Deve-se garantir a participação da população em todas as etapas do processo de planejamento e gestão da atividade, pelo amplo acesso às informações, assim como à elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas, planos, projetos e programas de desenvolvimento, de caráter geral, regional ou local, mediante a exposição de problemas e de propostas de soluções.

As ações propostas na presente pesquisa possuem algumas características comuns entre si, que são:

- A viabilidade a curto e médio prazo;
- Não necessitarem de grandes investimentos para sua implementação.

Essas linhas de ações baseiam-se principalmente nas estruturas existentes e centralizam a maioria dos esforços na qualificação dos produtos e serviços e na conscientização acerca da atividade turística. Salienta-se que estas ações possuem efeito de engrenagem e suporte para outras implementadas paralelamente. A constante melhoria da infra-estrutura é ponto pacífico para o sucesso das ações, pois, além de beneficiar diretamente o morador local, desdobra-se ao visitante, refletindo-se na qualidade de vida e na imagem positiva da cidade.

A celebração de parcerias e convênios com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de ensino e iniciativa privada, a integração dos agentes setoriais de planejamento e de execução da administração direta, indireta e fundacional do município, assim como dos órgãos e entidades federais e estaduais quando necessário e, a criação do Fundo Municipal de Turismo colocam-se como fatores imprescindíveis ao aporte de recursos necessários para a viabilização econômica das ações.

Logo, possibilitar a convergência entre as ações do poder público e das entidades da sociedade civil em prol da melhoria do desempenho econômico dos municípios de União da Vitória e de Porto União em conformidade com a conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida da sociedade é o cenário proposto por esse trabalho.

Indubitavelmente, o Cenário Turístico, através do aproveitamento racional dos recursos naturais, históricos, culturais e humanos é o caminho para a otimização de todos os benefícios que a atividade turística de base local proporciona.

Nesse sentido, a presente Dissertação, além de constituir-se:

- a) Em um instrumento que aborda os pontos positivos e os pontos a melhorar, para que os municípios convertam-se em um destino turístico de qualidade e consequentemente alcancem o “desenvolvimento local” como objetivo final;
- b) Assinala caminhos e procura despertar e envolver pessoas para uma atividade que está latente no município e que necessita ser implementado de maneira eficaz, com a participação de pessoas comprometidas com o desenvolvimento da região e que estejam dispostas a dar sua parcela de contribuição, independente de sua posição política, econômica ou social. Desta forma se alcançará a consolidação da atividade turística sustentável.

Finalizando-se, através das análises realizadas durante da realização da presente pesquisa, a consecução do objetivo central perpassou pela implementação de políticas setoriais (nesse caso do turismo) e a realização de um conjunto de atividades que tem a finalidade de direcionar permanentemente o processo de desenvolvimento econômico/social de União da Vitória e de Porto União cooptadamente, o que permitirá dessa forma, além do crescimento planejado e ambientalmente sustentável, a melhoria da qualidade de vida da população residente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERENZA, M. A. **Promoção turística: Um enfoque metodológico**. São Paulo: Pioneira, 1991.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro: Instituto Virtual de Turismo, v. 1, n. 1, 2001.

BAHL, M. **Agrupamentos Turísticos Municipais**. Curitiba: Protexoto, 2004.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BRANDÃO, C. A. **O modo trans-escalar de análise e de intervenção pública**: notas para um manifesto anti-socialista. s. n. t. Trabalho apresentado ao 10º Encontro nacional da ANPUR, ST1/Gestão, poder e democracia: novas estratégias e agentes no planejamento e nas políticas públicas, 2003.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 23-41.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

BURSZTYN, I. A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro: Instituto Virtual de Turismo, v. 3, n. 4, 2003.

CARA, R. B. El turismo y los procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 86-93.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94 - 121.

CONHECENDO PORTO UNIÃO CIDADE AMIGA. Porto União: Ângelus Gráfica Ltda, 2004.

COOPER, C. et. al. **Turismo, princípios e práticas**. trad. Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

CRUZ, R. de C. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GRANDIN, D. **A prática de Planejamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GUIA TURÍSTICO E CULTURAL DO ESTADO DO PARANÁ: **Terra dos Pinheirais**. Irati: Adesul, 2005.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HOLDER, J. S. *Pattern and impact of tourism on the environment of the Caribbean*. In: Medlik, S. (ed.) **Managing tourism**. Londres, Butter-worth-Heinemann, 1991.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LESSA, C. [Online]. Disponível: www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/1/depoimento/lessa.doc. acessado em: 28/05/2005.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MARTINELLI, M. L. (Org.) **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MOLINA, S. E RODRIGUEZ, S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2001 { tradução: Carlos Valero}.

PIGRAM, J. *Sustainable tourism. Policy considerations*. **Journal of Tourism Studies**. 1990 p. 2-9.

PORTO UNIÃO. **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO**. Porto União:..., 2006.

PORTO UNIÃO; UNIÃO DA VITÓRIA. **Secretarias Municipais de Indústria, Comércio e Turismo de Porto União e União da Vitória**. 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**, [trad.: Maria Cecília França.], São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Ambiente: Reflexões e Propostas**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável**. A Proteção do Meio Ambiente. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

SANSOLO, D. G. de; CRUZ, R. de C. A. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro: Instituto Virtual de Turismo, v. 3, n. 4. 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.

SANTOS, M. **O novo mapa do mundo: tempo e espaço mundo ou, apenas, tempo e espaço hegemônicos?** Caxambu: ANPOCS, 1993. Trabalho apresentado ao 17º Encontro Nacional da ANPOCS, 1993.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro: UFRJ/UPPUR, v. 13, n. 2, p. 15-26, ago./dez. 1999b.

SANTOS, M. **Técnica, tempo e espaço: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVEIRA, M. A. T., Política de turismo: oportunidade ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 133-150.

SILVEIRA, M. A. T., Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento. Um foco no Estado do Paraná no contexto regional. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. **Tese de Doutorado**.

SILVA, C. da. **Apontamentos Históricos de União da Vitória, 1768 – 1933**. Curitiba: Sesquicentenário, 2006.

SOUZA, M. J. L de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. (et. alli) (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. J. L de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. J. L de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 17-22.

VAINER, C. B. As escalas do poder e poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v. 15, n. 2-v. 16, n. 1, p. 13-32, ago./dez. 2001 – jan./jul. 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Org.) **Una nueva ruralidad in América Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. P. 31-44.

WORLD COMISSION OF ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Our commun future. Oxford, Oxford University Press, 1987.

YÁZIGI, E. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. YÁZIGI, E; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.

Consultas eletrônicas em *Home Pages*:

www.ivt-rj.net/cadernos/anteriores/1/depoimento/lessa.doc acesso em: 21/ago./2005.

www.pmuniaodavitoria.com.br. acesso em: 09/out./ 2006.

www.estacoesferroviarias.com.br, acesso em: 02/fev./2007.

<http://www.ipardes.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO NOS HÓTEIS DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR E
PORTO UNIÃO/SC.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ESTUDO DA IMPLANTAÇÃO PLANEJADA DO TURISMO DE BASE LOCAL COMO
ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO EM UNIÃO DA VITÓRIA/ PR e PORTO
UNIÃO/SC**

Questionário elaborado e aplicado ao setor de Hospedagem (Hotéis), pelo Mestrando Luis Antonio Mello, aluno do curso de Pós-Graduação (Mestrado em Geografia).

1) Dados de Identificação

1.1 Nome do Hotel:.....

1.2 Nome do proprietário do estabelecimento:.....

1.3 Município:.....

1.4 Leitos disponíveis:.....

1.5 N°. de funcionários:.....

2) – Há quanto tempo o Hotel está estabelecido no município? Especificar se é em (UVA) ou (PU)?

3) – Qual é o perfil básico da clientela que se hospeda no hotel?

- () eventos
() negócios
() visitas a cidade
() Outros. Citar.....

4) – Atualmente, existem políticas públicas voltadas desenvolvimento da atividade turística baseadas em estudos ou no planejamento ligados especificamente ao setor de hospedagem (especificamente ao hoteleiro)?

- () Sim
() Não

5) – Quais as principais dificuldades encontradas pela empresa?

- () Qualificação de mão-de-obra
() Marketing
() Falta de capital de giro
() Contratação de funcionários
() Falta de demanda (clientes)
() Outros. Citar.....

6) – No contexto atual, sendo um empreendedor e um agente potencial do turismo, você acredita que através do planejamento da atividade, de incentivos e do fomento ao setor de serviços e de políticas públicas concretas, ele pode se constituir numa alternativa viável para desenvolvimento local, nos municípios de UVA e PU?

- () Sim
() Não
Comente se desejar.....

Obrigado pela Colaboração!!

ANEXO 2 – VISTA PARCIAL (DIURNA E NOTURNA) DO CINE TEATRO LUZ EM UNIÃO
DA VITÓRIA, 2005.



ANEXO 3 – PESQUISA REALIZADA COM OS TURISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MESTRADO EM GEOGRAFIA

ESTUDO DA IMPLANTAÇÃO PLANEJADA DO TURISMO DE BASE LOCAL COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO EM UNIÃO DA VITÓRIA/ PR e PORTO UNIÃO/SC

Questionário elaborado e aplicado aos “turistas” (visitantes), pelo Mestrando Luis Antonio Mello, aluno do curso de Pós-Graduação (Mestrado em Geografia).

Nome:.....

Município de origem:.....

1) – O que motivou seu deslocamento à(s) cidade(s) de União da Vitória ou Porto União?

2) – Visita as cidades (União da Vitória e Porto União) com frequência?

() Sim. Com que frequência.....

() Não.

3) – Em sua opinião, pelo que você conhece dos municípios de União da Vitória e de Porto União, você acha que os mesmos podem vir a se destacar no cenário regional através do incentivo ao desenvolvimento do turismo nas suas áreas?

() Sim

() Não.

4) – Por algum motivo, você indicaria as cidades de União da Vitória ou de Porto União a outras pessoas para visitação?

() Sim

() Não.

Qual o motivo:.....

5) – Quando seu objetivo é fazer Turismo, o que você procura e espera do lugar escolhido como destino?

6) – Cite o que mais lhe chamou atenção positivamente nas cidades de União da Vitória e de Porto União? Se desejar faça um breve comentário.

7) – O que mais lhe chamou atenção negativamente nas cidades de União da Vitória e de Porto União? Se desejar faça um breve comentário.

ANEXO 4 – PESQUISA REALIZADA COM A POPULAÇÃO LOCAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**MESTRADO EM GEOGRAFIA*****ESTUDO DA IMPLANTAÇÃO PLANEJADA DO TURISMO DE BASE LOCAL COMO
ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO EM UNIÃO DA VITÓRIA/ PR e PORTO
UNIÃO/SC***

Questionário elaborado e aplicado à População Local pelo Mestrando Luis Antonio Mello, aluno do curso de Pós-Graduação (Mestrado em Geografia).

Nome:.....

Município:.....

1) – Qual é sua principal atividade de lazer?

2) – Você acha que as cidades de União da Vitória e de Porto União oferecem opções variadas de entretenimento (diversão e lazer) para sua população e para as pessoas que as visitam?

() Sim

() Não

3) – O que você acha que deveria melhorar em nossas cidades?

() Saúde

() Educação

() Diversão

() Empregos

() Habitação

() Outros. Citar.....

4) – Você conhece os atrativos turísticos de União da Vitória e de Porto União?

() Sim.

() Não.

5) – Você conhece os benefícios que a implantação do turismo enquanto atividade econômica pode trazer às cidades e conseqüentemente as comunidades locais?

() Sim

() Não.

6) - Em sua opinião, o Setores Público e Privado de União da Vitória e Porto União deveriam incentivar e investir no Turismo?

() Sim

() Não.

Comente se desejar